PRC: 192/25
Anex: 169/25

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
SECRETARIA DE ESPORTES, COMUNICAÇÃO E EVENTOS

001

CI - Comunicação Interna	**Nº 1427/2025**	**Data: 10/11/2025**

De:	Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos.
Para:	Coordenadoria de Compras

Assunto: Encaminhamento de Documentos – IX Endurance da Cachoeira – MTB. **A/C: Érika**

Prezado Senhor (a),

Encaminho, para análise e providências cabíveis, os documentos de **NÚMERO 88** referentes ao processo de contratação da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, visando à realização da **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB**:

1. Documento de Formalização da Demanda (DFD);
2. Estudo Técnico Preliminar (ETP);
3. Termo de Referência (TR);
4. Justificativa de preço;
5. Termo de Inexigibilidade.

Ressaltamos que o evento possui caráter tradicional, histórico e esportivo, encontrando-se consolidado no calendário oficial do Município, sendo a contratação necessária para assegurar sua adequada execução e continuidade.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Bruno Ricardo de Freitas
Secretário de Esportes, Comunicação e Eventos

Local de entrega: _____	Assinatura: Bárbara
Recebido em 10 / 11 / 2025 14:28h	Nome completo Carimbo:

002

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 88
AUTORIZAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRAS

Identificação do Órgão	Coordenação Geral de Compras e Licitações
Unidade Administrativa Requisitante	Secretaria Municipal de Esportes e Eventos
Responsável pela formalização da demanda	Nome: Samila Kellen Caetano Sobreira
	Cargo: Chefe de Departamento de Contratos
	Matrícula: 41041
	Telefone de contato: 3557 - 2128 E-mail: secretariadedesportos@gmail.com

1 - Grau de prioridade da contratação (x) Alta

A contratação é considerada de alta prioridade devido à proximidade da data do evento, que ocorrerá no dia 07 de dezembro de 2025, e à relevância esportiva e turística do **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB**, já consolidado no calendário de eventos esportivos de Mariana.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Contratação da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**. para a organização e execução completa do evento esportivo "**IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB**", incluindo planejamento, infraestrutura, segurança, apoio técnico, divulgação e premiação.

3 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB** é um evento esportivo tradicional de ciclismo de montanha, realizado em Cachoeira do Brumado, distrito de Mariana/MG, que reúne atletas de diversas regiões, fomentando o esporte, o turismo e o comércio local. A prova promove integração social, incentiva hábitos saudáveis e contribui para a divulgação institucional do Município.

4 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO DE ANUAL (PCA):

Embora ainda não haja regulamentação formal do Plano Anual de Contratações do Município, a despesa está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA).

5 - CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

(x) OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

6 - PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A EXECUÇÃO:

A DATA DE INICIO SERÁ APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

7 - DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1.	ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO COMPLETA DO IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB, INCLUINDO INFRAESTRUTURA, EQUIPE TÉCNICA, SEGURANÇA, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO GERAL E CONFECÇÃO DE MEDALHAS ALUSIVAS AOS 280 ANOS DE MARIANA.	1 UNIDADE

8 - INDICAÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 2.561 – APOIO A OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER **FICHA: 653** – 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA FONTE: 1.500.000.0000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS.

9 - IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELO DFD DA ÁREA REQUISITANTE

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana, 10 de Novembro de 2025

004

Samila Kellen Caetano Sobreira, 41041 - CPF: 12131796617
Responsável pela Formalização da Demanda

Telefone de contato: (31) 3557-2128
E-mail: secretariadedesportos@gmail.com

10 - RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 88

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que a despesa decorrente da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir a referida despesa.

Data: 10 / 11 / 25

Ordenador de Despesa

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 88

Secretaria Demandante: **Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos**

Objeto: O presente procedimento tem como objetivo a contratação da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** para a realização da **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB,** incluindo serviços de planejamento, logística, infraestrutura, equipe técnica, divulgação e premiação

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Descrição da necessidade: O evento é de grande relevância esportiva e turística, atraindo atletas e visitantes, movimentando a economia e promovendo Mariana como destino esportivo.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O evento é de realização exclusiva da empresa DGS, idealizadora e organizadora das edições anteriores, não havendo competição possível entre fornecedores (art. 74, I, Lei nº 14.133/2021).

Tradição consolidada: o evento já faz parte do calendário oficial do município.

3 - ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Embora ainda não haja regulamentação formal do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana, a contratação está devidamente prevista na **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e é contemplada nos instrumentos de planejamento da Secretaria.

4 - BENEFÍCIOS ESPERADOS:

Fomento ao esporte, turismo, economia local e fortalecimento da imagem institucional de Mariana.

008

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Dos Normativos que disciplinam a Contratação

A adesão à Ata será instruída com base na **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente os artigos 82 a 86, além dos princípios da vantajosidade, economicidade e interesse público. O processo seguirá os procedimentos definidos pelos Decretos Municipais vigentes e demais normas aplicáveis à adesão.

6 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL/SERVIÇO	QUANT.	VALOR R$
1.	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** PARA A REALIZAÇÃO DA **IX Endurance da Cachoeira – MTB**, INCLUINDO TODA A INFRAESTRUTURA, EQUIPE TÉCNICA, SEGURANÇA, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO GERAL E CONFECÇÃO DE MEDALHAS ALUSIVAS AOS 280 ANOS DE MARIANA.	1	24.000,00

7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Solução a contratar:

1. Execução direta pelo município – inviável pois tratar-se de atividade de caráter exclusivo da empresa organizadora.

2. Contratação de empresa especializada – melhor e única solução viável, pois o evento é de realização exclusiva da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, que detém experiência na organização de edições anteriores e plenas condições de executar todos os serviços necessários.

Melhor solução: alternativa 2.

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor apresentado pela empresa para a realização do evento é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).
O preço é compatível com práticas de mercado e justifica-se pela **EXCLUSIVIDADE DA EMPRESA** na organização do evento, conforme histórico de realizações anteriores.

9 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A execução será integralmente realizada pela empresa contratada, que fornecerá toda a estrutura, equipe técnica e serviços necessários. Caberá ao município o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

10 - JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

Não se aplica, por se tratar de serviço prestado em caráter de exclusividade, conforme disposto no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ressalta-se que o evento ocorre apenas uma vez ao ano, o que inviabiliza o fracionamento do objeto.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- Fomento ao turismo e economia local.
- Incentivo à prática esportiva e hábitos saudáveis.
- Geração de empregos temporários e oportunidades para empreendedores locais.
- Fortalecimento da identidade cultural e esportiva.
- Integração social e inclusão de jovens estudantes.
- Promoção de Mariana em âmbito regional.

12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, pois a Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos possui equipe técnica qualificada para acompanhar,

fiscalizar e gerir os serviços durante os eventos esportivos, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais.

13 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias.

14 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

(x) Sim.

Por se tratar de corrida em percurso já consolidado, os impactos ambientais SÃO MÍNIMOS. Deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Coleta seletiva e destinação correta de resíduos, inclusive nas trilhas;
- Campanhas educativas sobre preservação do espaço público;
- Utilização de materiais sustentáveis sempre que possível.

15 - CONCLUSÃO

a) Considerando a urgência da demanda, Diante dos estudos apresentados, a natureza exclusiva do evento e o valor compatível, conclui-se pela viabilidade e vantajosidade da contratação.

b) Diante da existência de dotação orçamentária, da compatibilidade com o planejamento da Secretaria, da viabilidade técnica e da vantagem econômica da adesão em relação à realização de nova licitação, conclui-se pela pertinência da contratação. A medida assegura o atendimento tempestivo das demandas esportivas, a continuidade dos serviços e a realização de eventos organizados, inclusivos e de qualidade, em consonância com as diretrizes da gestão pública.

16 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.561 - APOIO A OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER – **FICHA: 653** - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – **FONTE: 1.500.000.0000** – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS .

Mariana, 10 de novembro de 2025

Samila Kellen Caetano Sobreira
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

010

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Em resposta ao questionamento sobre a justificativa de preço para a contratação da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, informa-se que foi realizada pesquisa de mercado com eventos de Mountain Bike e provas esportivas similares, cuja média de preços identificada foi superior ao valor apresentado pela DGS. O valor de R$ 24.000,00 está compatível com o porte do evento e abaixo da média apurada.

Ressalta-se que o **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB** é uma realização exclusiva da DGS, idealizadora e organizadora desde sua criação, caracterizando-se como evento singular e de natureza esportiva consolidada.

Dessa forma, a justificativa de preço apoia-se em dois fundamentos:

1. Exclusividade e natureza singular do evento, nos termos do art. 74, I, da Lei 14.133/2021.
2. Razoabilidade e economicidade do valor proposto, considerando comparativos de mercado.

Sendo assim, a contratação por inexigibilidade mostra-se devidamente fundamentada, assegurando não apenas o cumprimento da legislação, mas também a qualidade, a segurança e a continuidade de um evento de grande relevância histórica, cultural, esportiva e turística para o município de Mariana.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal De Esportes, Comunicação E Eventos

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

A **Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos do Município de Mariana**, representada por seu Secretário, **Sr. Bruno Ricardo de Freitas**, considerando a proposta apresentada pela empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.**, e com fundamento no **artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, declara, por meio deste termo, a **inexigibilidade de licitação** para a contratação dos serviços de **organização e realização do evento esportivo "IX Endurance da Cachoeira – MTB"**.

Fundamentação

A presente inexigibilidade fundamenta-se na natureza singular do evento, que é de **propriedade e realização exclusiva** da empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.**, idealizadora e organizadora da prova desde sua criação. Dessa forma, não há possibilidade de competição entre fornecedores, uma vez que a empresa detém os direitos sobre o formato, marca e execução do evento, configurando situação de inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Valor da Proposta

O valor global da proposta apresentada pela empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.** é de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**, referente à prestação dos serviços de organização e realização do evento.

Conclusão

Diante do exposto, **declara-se a inexigibilidade de licitação** para a contratação da empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.**, destinada à execução do evento **IX Endurance da Cachoeira – MTB**, a ser realizado no município de **Mariana/MG**.

012

A presente inexigibilidade fica condicionada à **formalização do contrato** entre o Município de Mariana, por meio da **Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos**, e a referida empresa, definindo as **obrigações, responsabilidades e prazos** relativos à execução dos serviços contratados.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal De Esportes, Comunicação E Eventos

013
88

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Demandante: **Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos.**

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

O presente procedimento tem como objetivo a **contratação da empresa DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** para a realização do **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB**, compreendendo planejamento, infraestrutura, segurança, apoio técnico, logística, divulgação e premiação.

1.1 OBJETO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL/SERVIÇO
1.	1	SERVIÇO	**CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB,** INCLUINDO PLANEJAMENTO, LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA, EQUIPE TÉCNICA, SEGURANÇA, DIVULGAÇÃO, INSCRIÇÃO, APOIO GERAL E CONFECÇÃO DE MEDALHAS COMEMORATIVAS.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

a. Tipo de licitação: INEXIGIBILIDADE

b. Condição do bem: O evento **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB** é de caráter exclusivo da empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.**, responsável pela sua criação, organização e realização, conforme registros legais e edições anteriores.

O contrato será formalizado entre a Prefeitura de Mariana e a DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda., estabelecendo as obrigações e responsabilidades de ambas as partes para a plena execução do evento.

c. Serviço contínuo: Não necessariamente, o evento é realizado anualmente, demandando planejamento e execução recorrentes para garantir sua continuidade e aprimoramento.

2. JUSTIFICATIVA

O evento **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB** é tradicional no distrito de Cachoeira do Brumado e consolidado no calendário esportivo do município, com organização exclusiva da DGS - Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda, responsável por todas as edições anteriores.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

A execução compreenderá:

- Estrutura e logística para a corrida (montagem de largada/chegada, som, banheiros químicos, pontos de hidratação, sinalização de percurso e apoio técnico).
- Sistema de inscrição e gestão de participantes.
- Equipe técnica e operacional (apoio, segurança, brigadistas e staff).
- Divulgação do evento em mídias locais e regionais.
- Confecção e entrega de **medalhas alusivas aos 280 anos de Mariana**.
- Realização da prova principal de **12 km** e da prova complementar de **5 km em Passagem de Mariana**, com inscrições gratuitas para alunos da rede pública municipal.

Valor da Proposta: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

4. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Cartão CNPJ;

- Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no

caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- Documento com foto do representante legal.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- Regularidade perante a Fazenda Federal;

- Regularidade perante a Fazenda Estadual;

- Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede da proponente;

- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas).

4.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 A proponente deverá comprovar a sua capacidade técnica e experiência anterior na realização de eventos esportivos de médio ou grande porte, mediante apresentação dos seguintes documentos: por meio de atestados, contratos ou notas fiscais.

a) Comprovação de Experiência Anterior:

O Atestado de Capacidade Técnica, quando apresentado, deverá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e comprovar a realização de serviços similares ao objeto desta licitação.

O documento deverá conter:

- Nome legível do emitente;
- Papel timbrado da empresa emitente ou, na ausência deste, assinatura e carimbo contendo o número do CNPJ.

4.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- **Certidão negativa de falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou **certidão de execução patrimonial**, no caso de pessoa física, ou ainda, por meio eletrônico, caso o Tribunal da localidade disponibilize esse serviço via sítio oficial.

- Será permitida a participação de empresas em **recuperação judicial**, desde que apresentem **certidão atualizada emitida pelo Juízo Falimentar** e/ou **Plano de Recuperação Judicial deferido**, em que conste expressamente que a empresa se encontra em condições econômico-financeiras de participar de licitações públicas.

4.5 DECLARAÇÕES:

A proponente deverá apresentar, devidamente assinadas por seu representante legal, as seguintes declarações:

- Declaração de que cumpre as exigências previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/91, relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

- Declaração de que não possui, em seu quadro funcional ou composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, nem possui parente em linha reta, colateral (até o 3º grau), cônjuge ou companheiro(a) de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que atue na área responsável pela presente contratação.

5. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

a. O evento será realizado no dia 07 de dezembro de 2025 no distrito de Cachoeira do Brumado – Mariana/MG.

b. A execução deverá ocorrer na data definida no calendário esportivo da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos.

017

c. Todos os serviços contratados deverão estar integralmente concluídos até o dia da realização da prova, com prazos de montagem e desmontagem conforme cronograma definido pela Secretaria.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a. Realizar integralmente a organização do evento, incluindo inscrições, estrutura, logística, segurança e apoio.

b. Disponibilizar equipe técnica, operacional e de apoio, devidamente uniformizada e identificada.

c. Garantir a confecção e entrega das medalhas comemorativas.

d. Custear integralmente transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas de sua equipe.

e. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou acidentes decorrentes da execução do contrato.

f. Cumprir integralmente o cronograma e as exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

a. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

b. Efetuar os pagamentos devidos conforme cronograma e condições estabelecidas.

c. Disponibilizar apoio institucional necessário à realização do evento (autorizações, suporte logístico básico e divulgação institucional).

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE, acompanhada das Certidões Negativas de Débito (INSS e FGTS), conforme exigido pela Contabilidade Municipal.

b. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente:
   - Nome do banco;
   - Número e nome da agência;
   - Número da conta corrente da empresa contratada.

c. Caso a Nota Fiscal ou Fatura apresente erros, inconsistências ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até a devida correção pela empresa contratada, não cabendo qualquer tipo de reajuste ou atualização monetária sobre o valor pactuado durante esse período.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação orçamentária: 2.561 - APOIO A OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER – **FICHA: 653** - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – **FONTE: 1.500.000.0000** – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

10. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida por servidores designados da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, que acompanharão e registrarão todas as etapas da execução.

- Helerson Freitas da Silva – Assessor Técnico de Esportes – Matrícula 41025;
- Weslei Carlos de Souza – Assessor de Gabinete III – Matrícula 41533.

a) Os fiscais designados deverão registrar, em documento próprio, todas as ocorrências, falhas ou deficiências identificadas na execução do contrato, indicando data (dia, mês e ano), descrição da ocorrência e identificação dos envolvidos, quando aplicável.

b) Caberá aos fiscais determinar as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para a adoção das medidas cabíveis.

c) A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de falhas técnicas, vícios ocultos ou defeitos nos produtos ou serviços prestados.

d) A presença ou anuência da fiscalização não implica em corresponsabilidade do Município de Mariana ou de seus prepostos quanto a eventuais falhas na execução contratual.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência até a completa execução dos serviços, incluindo montagem, realização do evento e desmontagem da estrutura.

12. GARANTIA CONTRATUAL:

Não será exigida garantia contratual para a execução, em razão da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.

13. SANÇÕES

Aplicam-se à contratada as penalidades previstas nos arts. 155 a 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o contraditório e ampla defesa.

14. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação de empresa para realização do evento denominado **IX Endurance da Cachoeira – MTB**, para constar como anexo.

Mariana, 10 de novembro de 2025

Samila Kellen Caetano Sobreira
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

020

PROPOSTA COMERCIAL

À Prefeitura Municipal de Mariana

Assunto: Proposta de Preço para a Realização do evento "IX Endurance da Cachoeira – MTB"

Prezados Senhores,

Em atendimento à solicitação para a apresentação de proposta referente à realização da corrida "IX Endurance da Cachoeira – MTB", temos a satisfação de encaminhar nossa proposta técnica e comercial conforme segue:

1. Descrição do Serviço

Organização e execução completa do evento esportivo "IX Endurance da Cachoeira – MTB", contemplando todas as etapas e serviços necessários para o pleno sucesso da competição, incluindo, mas não se limitando a:

- Planejamento e coordenação geral do evento;
- Segurança e equipe de apoio;
- Divulgação e marketing;
- Premiação e cerimônia de encerramento;
- Apoio logístico aos participantes e staff.

2. Valor da Proposta

Valor total: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Observação: O valor proposto para a edição de 2025 foi mantido igual ao praticado no ano de 2024, conforme comprovado na nota fiscal anexa.

3. Considerações Finais

Reforçamos nosso compromisso com a realização de um evento de alta qualidade, segurança e profissionalismo, mantendo o padrão de excelência das edições anteriores.

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

021

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e aguardamos a formalização da contratação para darmos início aos preparativos, conforme o cronograma a ser definido em conjunto com a Prefeitura Municipal de Mariana.

Mariana, 31 de outubro de 2024

Decio Gabriel Soares

Sócio Proprietário

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

022

Número do RPS	Número da nota
	202400000000028

Data da emissão da nota: 18/07/2024 07:21:00

Data do fato gerador: 18/07/2024 07:21:00

Código de verificação: UO4BHR95B

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: DGS

Nome/Razão social: DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 11.993.978/0001-18 Inscrição municipal: 4163 Telefone: (31) 3557-1541

Endereço: R ROUXINOL Número: 22 Bairro: ESTRELA DO SUL CEP: 35424-219

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: dgsmariana@hotmail.com Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: MUNICIPIO DE MARIANA

Nome/Razão social: MUNICIPIO DE MARIANA

CPF/CNPJ: 18.295.303/0001-44 Inscrição municipal: Inscrição estadual:

Endereço: Praça JUSCELINO KUBITSCHEK Número: S/N Bairro: CENTRO CEP: 35420-000

Complemento: S/N

Município: Mariana UF: MG

E-mail: Telefone: (31) 3557-9000 Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
62.35 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES E EVENTOS. EM ATENDENDIMENTO A REALISAÇÃO DO VIII ENDURENCE DA CACHOEIRA MTB 2024, CONFORME EMPENHO 10076/2024 E SF 3381/2024 .	24.000,0000	1,0000	24.000,0000	24.000,00x2,18 =	523,20

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	23.476,80								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 24.000,00 **Valor líquido = R$ 23.476,80**

Códigos dos serviços:

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	24.000,00	523,20

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Retenção

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional. Alíquota do ISS 2.18%
Situação desta NFS-e: Retida
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo simples Nacional.
EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NÃO RETER IMPOSTO DE RENDA
Valor aproximado do tributo federal - R$ 3.228,00 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 703,20 (2,93%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
11.993.978/0001-18 MATRIZ		19/05/2010

NOME EMPRESARIAL
DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
DGS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
26.40-0-00 - Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
41.20-4-00 - Construção de edifícios
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
224-0 - Sociedade Simples Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ROUXINOL	22	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
35.424-219	ESTRELA DO SUL	MARIANA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DGSMARIANA@HOTMAIL.COM	(31) 8557-2585

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	19/05/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/10/2025** às **15:02:09** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE MARIANA/MG.

2016

CARTÓRIO BARBOSA

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.
CNPJ 05.513.705 0001-26
http://www.rtdpjminas.com.br/rtdmariana

BRUNO BARBOSA BORGES - OFICIAL DE REGISTRO
VALÉRIA CRISTINA BARBOSA BORGES - ESCREVENTE SUBSTITUTA
EDNEIA DA SILVA – ESCREVENTE AUTORIZADA

Instrumento Particular de Segunda Alteração no Contrato Social da Sociedade Simples Limitada:

"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME".

MARIANA – MG

AUTUAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil dezesseis, autuo os documentos que se seguem. Eu, Bel. Bruno Barbosa Borges - Oficial de Registro, dou fé e assino.

"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME"

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 11.993.978/0001-18 Registro 3027 – Lv A-28 Pag 169 19/05/2010

025 01

DECIO GABRIEL SOARES, brasileiro, casado, Professor, nascido em Mariana –MG, aos 28/02/1958, inscrito no CPF 265.737.336-49, carteira de Identidade M-2.672.513 SSP/MG, residente e domiciliado na R B, no. 132 – Bairro Gogô – Mariana – MG, CEP 35.420-000 e **JANAINA APARECIDA SILVA**, brasileira, solteira, estudande, nascida aos 26/11/1985, na cidade de Mariana –MG, inscrita no CPF 078.314.446-61 e Registro de identidade MG-12.869.782 SSP/MG expedida em 14/02/2000, residente e domiciliada na Rua Corejeira, nº. 300 – Bairro Rosário – Mariana –MG, CEP 35.420-000, únicos sócios que compõem a entidade de responsabilidade Simples Limitada denominada **"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA -ME"** nome fantasia **DGS**, estabelecida na Rua Rouxinol, no. 22 – Bairro Estrela do Sul – Mariana – MG, CEP 35420-000, constituída legalmente de acordo com contrato social devidamente registrado no Cartório de Registros de Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mariana –MG conforme No. 3027 – Lv A-28 pag 169 em 19/05/2010, inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica conforme CNPJ 11.993.978/0001-18, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei 10.406/2002, mediante as condições estabelecida nas cláusulas seguintes:

Primeira – Da retirada e Admissão de Sócios: O sócio **JANAINA APARECIDA SILVA**, acima qualificada, que detém 01,00% das quotas do capital social, se retira da sociedade, recebendo seus haveres para com a sociedade, para mais nada reclamar a tempo algum, transferindo a totalidade de suas quotas para o novo sócio admitido, o senhor **ALEXSANDER JUNIO SOARES**, brasileiro, solteiro, Instalador de Som, nascido aos 21/11/1993 na cidade de Mariana – MG, portador do CPF 121.824.886/69 e Identidade MG – 15.552.277 PC/MG expedida em 29/04/2010, residente e domiciliado à Rua Rouxinol, no. 22 – Estrela do Sul – Mariana –MG.

Segunda: Da Consolidação do Contrato Social: Realizada as alterações devidas, fica assim consolidado o Contrato Social, passando a figurar com a seguinte redação de cláusulas:

"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA -ME"

CNPJ 11.993.978/0001-18 – Registro No. 3027 – Lv A-28 pag 169

DECIO GABRIEL SOARES, brasileiro, casado, Professor, nascido em Mariana –MG, aos 28/02/1958, inscrito no CPF 265.737.336-49, carteira de Identidade M-2.672.513 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua B, no. 132 – Bairro Gogô – Mariana – MG, CEP 35.420-000 e **ALEXSANDER JUNIO SOARES**, brasileiro, solteiro, Instalador de Som, nascido aos 21/11/1993 na cidade de Mariana – MG, portador do CPF 121.824.886/69 e identidade MG – 15.552.277 PC/MG expedida em 29/04/2010, residente e domiciliado à Rua Rouxinol, no. 22 – Estrela do Sul – Mariana –MG, únicos sócios que compõem a entidade de responsabilidade Simples Limitada denominada **"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA -ME"** nome fantasia **DGS**, estabelecida na Rua Rouxinol, no. 22 – Bairro Estrela do Sul – Mariana – MG, CEP 35420-000, constituída legalmente de acordo com contrato social devidamente registrado no Cartório de Registros de Títulos

Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Mariana –MG conforme No. 3027 – Lv A-28 pag 169 em 19/05/2010, inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica conforme CNPJ 11.903.978/0001-18. consolidam o instrumento de Constituição e posterior alteração nas cláusulas seguintes:

Primeira – Do nome Empresarial, nome Fantasia, sede e foro: A Sociedade tem o nome empresarial DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA – ME, nome fantasia DGS, estabelecida à Rua Rouxinol, No. 22 – Bairro Estrela do Sul – Mariana – MG, CEP 35.420-000, onde mantém seu foro, podendo abrir ou fechar filiais e sucursais, mediante alterações de contrato devidamente assinada pelos sócios.

Segunda: Do objeto Social, Início de Atividades e Duração: o objeto social é Produção, promoção, elaboração de projetos esportivos, visando o incentivo à prática de esportes, lazer e cultura, iniciada em 01 de junho de 2010, sendo por tempo indeterminado.

Terceira: Do Capital Social: O capital social é de R$10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) cotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, assim distribuídas:

DECIO GABRIEL SOARES: 9.900 (nove mil e novecentas) cotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e bens no valor real de R$1,00 (um real) cada uma, representando 99,00% (noventa e nove por cento)do capital social, ou seja R$9.900,00 (nove mil e novecentos reais);

ALEXSANDER JUNIO SOARES: 100 (cem) cotas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, representando 1,00% (um por cento) do capital social, ou seja, R$100,00 (cem reais).

Sócios	%	Quantidade em cotas	Valor em R$
Decio Gabriel Soares	99,00	9.900	9.900,00
Alexsander Junio Soares	01,00	100	100,00

O Capital encontra-se totalmente integralizado e na forma da lei. Tais cotas são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do sócios, ficando assegurado entre eles, em igualdade de condições e preço direito de preferência para aquisição se postas a venda, formalizando a cessão delas, a alteração contratual.

Quarta: Das responsabilidades dos sócios e dos resultados: A responsabilidade dos sócios se restringe ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Ao término de cada exercício social, ou seja, 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo na elaboração do inventário, balanço patrimonial e de resultados econômicos, cabendo aos sócios na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados. Os sócios designarão administradores, quando for o caso, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, sobre a deliberação das contas.

Quinta: Do Falecimento ou Interdição de sócios: falecendo ou interditado qualquer dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses desses ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres serão apurados e liquidados com base na

situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, sendo adotado o mesmo procedimento em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

027

Disposições Finais: Fica eleito o foro da comarca de Mariana para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. Estando justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que aos atos apreciaram.

Mariana, 11 de Janeiro de 2016

Sócio Retirante. Janaina Aparecida Silva
JANAINA APARECIDA SILVA

Sócio Admitido. Alexsander Junio Soares
ALEXSANDER JUNIO SOARES

Sócio Remanescente: DÉCIO GABRIEL SOARES

Testemunhas. Fernanda Moreira Quirino
MG 12.313.191 SSP MG
CPF.: 060.056.196-83

Geraldo Ilídio Brás de Paiva
M – 4.161.869 SSP MG
CPF.: 576.265.616-00

Visto Advogado.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA DE MARIANA/MG

2010

CARTÓRIO BARBOSA

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ 05.513.705/0001-26

Bel. BRENO BARBOSA BORGES – OFICIAL DE REGISTRO
VERA LÚCIA BARBOSA BORGES – ESCREVENTE SUBSTITUTA
VINICIUS CARVALHO PINTO – ESCREVENTE AUTORIZADO

Contrato Social de Constituição da Sociedade Simples LTDA:

"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA-ME"

MARIANA – MG

AUTUAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e dez, autuo os documentos que se seguem. Eu, Bel. BRENO BARBOSA BORGES, Oficial de Registro, dou fé e assino.

"DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME."

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

DÉCIO GABRIEL SOARES, brasileiro, casado, Professor, nascido em Mariana -MG, aos 28/02/1958, inscrito no CPF 265.737.336-49, carteira de identidade M 2 672.513 SSPMG, residente e domiciliado na Rua B, nº 132 – Bairro Gogô - Mariana – MG, CEP 35.420-000, e **JANAINA APARECIDA SILVA**, brasileira, solteira, Estudante, nascida aos 26/11/1985, na cidade de Mariana – MG., inscrita no CPF 078.314.446-61 e MG - 12.869.782 SSPMG,expedida em 14/02/2000 residente e domiciliada na Rua Cerejeira, nº 300, bairro Rosário – Mariana – MG., CEP 35.420-000, únicos sócios que compõe a sociedade denominada, DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME, têm entre si, justos e contratados promoverem a Constituição de uma sociedade Limitada Simples, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Primeira - do nome Empresarial, nome fantasia, sede e foro: do nome empresarial, será **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA -ME**, adotando o nome de fantasia **DGS** que terá sede e foro à Rua Rouxinol, no. 22, bairro Estrela do Sul – Mariana –MG, CEP 35420-000, podendo abrir filiais e sucursais em todo o território nacional, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.

Segunda: Do Objeto Social, início de atividades e prazo de duração: o objeto social, será a produção, promoção, Consultoria e projetos esportivos, visando o incentivo à prática de esportes, lazer e cultura, com início de atividades previsto para 01 de Junho de 2010, sendo por tempo indeterminado.

Terceira: Da Administração, da retirada e impedimento: A Administração da sociedade será exercida pelo Sócio Décio Gabriel Soares, com poderes e atribuições de representar a sociedade, a ele autorizado o uso do nome empresarial, sendo vedado entretanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal a título de Pró labore, a ser fixada entre eles, dentro dos limites previstos pela legislação pertinente.

Janaina Aparecida Silva

Declara o Administrador, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas da defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Quarta – do capital social e distribuição: O Capital social será de R$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) cotas no valor de R$1,00 (um real) cada, ficando o capital distribuído na forma seguinte:

Décio Gabriel Soares	99,00%	9.900 cotas	R$ 9.900,00
Janaina Aparecida Silva	01,00%	100 cotas	R$ 100,00

O Capital encontra-se totalmente integralizado e na forma da lei: Tais cotas são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outro sócio, ficando assegurado entre eles, em igualdade de condições e preço direito de preferência para aquisição se postas à venda, formalizando a cessão delas, a alteração contratual.

Quinta: das responsabilidades dos sócios e dos resultados: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Ao término de cada exercício social, ou seja, 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo na elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados. Os sócios designarão administradores quando for o caso, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, sobre a deliberação das contas.

Sexta: Do Falecimento ou interdição de sócios: falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesses desses ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, sendo adotado o mesmo procedimento em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Janaina Aparecida Silva

Disposições Finais: Por se acharem de acordo e ajustados em tudo quanto neste instrumento particular de distrato foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente em todas suas disposições e o assinam em três vias de igual teor e forma.

Mariana, 18 de Maio de 2010.

DÉCIO GABRIEL SOARES
Sócio Administrador

JANAINA APARECIDA SILVA
Sócio Quotista

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2900485051

2 e 1 NOME E SOBRENOME
DECIO GABRIEL SOARES

4d DOC IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2672SE3 SSP MG

4e CPF
265.737.336-49

5 Nº REGISTRO
02006990321

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
GERALDO RIBEIRO SOARES

CONCEICAO PEREIRA SOARES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
28/02/1958, MARIANA, MG

1ª HABILITAÇÃO
27/09/2001

4a DATA EMISSÃO
25/10/2024

4b VALIDADE
23/10/2029

ACC

D

9	10	11	12
ACC			
A		25/10/2029	
AT			
B		23/10/2029	
BE			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
X

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
95604181616
MG6726483540

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

2900485051

MINAS GERAIS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYY / Hasta Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

QR-CODE

U 032

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

I<BRA020069903<229<<<<<<<<<<<
5802287M2910231BRA<<<<<<<<<<<2
DECIO<<GABRIEL<SOARES<<<<<<<<<

FEDERAÇÃO MINEIRA DE CICLISMO

Belo Horizonte, 8 de maio de 2025.

ALVARÁ ESPORTIVO

A FEDERAÇÃO MINEIRA DE CICLISMO, órgão máximo do esporte no estado e, filiada a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CICLISMO - CBC, em respeito ao CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO EM SEU ARTIGO 67, DA LEI Nº. 9.503 DE 23 DE SETEMBRO 1997, Chancela o evento esportivo de ciclismo denominado: **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB 2025** , a ser realizado conforme os dados de homologação solicitados pelo organizador DÉCIO GABRIEL SOARESCNPJ 11993978000118.

- DADOS DO EVENTO:

a) - Local: Mariana/MG
b) - Data: 7 de dezembro de 2025
c) - Horário previsto: 8.00 as 17:00 horas
d) - Público previsto no local, aproximadamente 1000 pessoas

- SÃO DE RESPONSABILIDADE DO ORGANIZADOR:

1) As licenças para a realização do evento pelas secretarias: Municipais, Estaduais e Federais (meio ambiente, esporte, saúde, segurança, transito).
2) Providenciar seguro de responsabilidade civil que prevê o reembolso referente a indenizações por danos corporais ou materiais, causados de maneira não intencional a terceiros incluindo morte e invalidez para todos nas dependências do evento.
3) Unidade de ambulância com profissionais especializados para atendimento imediato
4) Obrigatoriedade de providenciar a presença de comissários da FMC para a supervisão arcando com despesas com diárias, hospedagem, transporte e alimentação dos mesmos.
5) Respeitar as normas regulamentares em referência às categorias/faixas etárias.
6) Menores de 11 anos e abaixo **não poderão participar** de competições de Mountain Bike Maratona XCP ou XCM mesmo acompanhado ou com a autorização do tutor legal.
7) Menores entre 8 a 11 anos poderão participar de competições de Mountain Bike Maratona XCO com a autorização do tutor legal. Participarão de uma competição de caráter "LÚDICO" num percurso especial de no máximo 2000 metros.
8) Equipes de resgate em locais com maior probabilidade de quedas

ESTE ALVARÁ DEVERÁ ESTAR NO LOCAL DO EVENTO ACOMPANHADO DAS DEVIDAS LICENÇAS DAS ADMINISTRAÇÕES: MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

gov.br Documento assinado digitalmente
PAULO ALEXANDRE AQUINO SOARES
Data: 08/05/2025 07:26:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paulo Alexandre Aquino Soares
Presidente da Federação Mineira de Ciclismo

Data: 31/10/2025 15h23min

Número	Validade
9540	31/03/2026

034

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

Alvará de Localização e Funcionamento

Concedido à

DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME CNPJ: 11.993.978/0001-18

Nome fantasia

DGS

Para estabelecer na

Rua ROUXINOL, 22 - Bloco 0 - Apto 0 - Compl. 0 - Bairro ESTRELA DO SUL - CEP: 35424219

Objeto Social

PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOSESPORTIVOS, OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, TAIS COMO

Atividades

Produção e promoção de eventos esportivos
Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
Serviços de pintura de edifícios em geral
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
Atividades de sonorização e de iluminação
Construção de edifícios

Horário de funcionamento

Bar, Restaurante e lanchonetes.

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
4163	11/08/2010	CWTDRZTJFUY9ERS0	

Condicionante(s)

Descrição	Opção
Condicionantes 6 -	Condição 1 - Transporte
Condicionantes 3 -	Condição 5 - Meio Ambiente
Condicionantes 1 -	Condicionado a Lei 228/22 -Plano Di

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Mariana (MG), 31 de Outubro de 2025

JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - Centro
Mariana (MG) - CEP: 35420000 - Fone:3135579000

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 11.993.978/0001-18

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:40:34 do dia 31/10/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/04/2026.
Código de controle da certidão: **2D9A.DE7F.1D00.3986**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

038

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 31/10/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 29/01/2026

NOME: DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA		
CNPJ/CPF: 11.993.978/0001-18		
LOGRADOURO: RUA ROUXINOL		NÚMERO:
COMPLEMENTO:	BAIRRO: ESTRELA DO SUL	CEP: 35424219
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MARIANA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000930858377

Data: 31/10/2025 14h57min

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

Número	Validade
17498	29/01/2026

037

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME CNPJ: 11993978000118

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWYT7MOLA1QUXHC1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
https://www.mariana.mg.gov.br/

Mariana (MG), 31 de Outubro de 2025

JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - Centro
Mariana (MG) - CEP: 35420000 - Fone:3135579000

Voltar Imprimir

038

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.993.978/0001-18
Razão Social: DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
Endereço: R ROUXINOL 22 / ESTRELA DO SUL / MARIANA / MG / 35420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/10/2025 a 25/11/2025

Certificação Número: 2025102705111643511969

Informação obtida em 31/10/2025 15:00:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

039

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.993.978/0001-18
Certidão nº: 65141306/2025
Expedição: 31/10/2025, às 14:58:37
Validade: 29/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.993.978/0001-18**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

MARIANA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA-ME
CNPJ: 11.993.978/0001-18

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 08 de Setembro de 2025 às 11:31

MARIANA, 08 de Setembro de 2025 às 11:31

Código de Autenticação: 2509-0811-3114-0927-2829

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

041

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.993.978/0001-18, com sede à Rua Rouxinol, nº 22 Bairro: Estrela do Sul, Mariana - MG, por intermédio de seu representante legal o sr. Decio Gabriel Soares, portador da C.I nº 12.869.782 e CPF nº 078.314.446-61, abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Declaramos para os devidos fins de direito, que inexiste fato superveniente de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração pública.

- Declaramos haver tomado conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

- Declaramos sob as penas da lei, e para que produzam todos os efeitos jurídicos, que os documentos enviados para este processo são autênticos e íntegros, condizentes com o documento original sob pena de falsidade ideológica.

Atenciosamente,

Decio Gabriel Soares

Sócio Proprietário

11.993.978/0001-18

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

042

DECLARAÇÃO

A empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.993.978/0001-18, situada à Rua Rouxinol, nº 22, bairro Estrela do Sul, Mariana – MG, por intermedio de seu representante legal o sr. Decio Gabriel Soares, portador da C.I nº 12.869.782 e CPF nº 078.314.446-61, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, c/c pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz a partir de dezesseis anos, quando necessário.

Mariana, 31 de outubro de 2025

Decio Gabriel Soares

Sócio Proprietário

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

043

DECLARAÇÃO

A Empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.993.978/0001-18, estabelecida na Rua Rouxinol, nº 22, Bairro Estrela do Sul, na Cidade de Mariana - MG por intermedio de seu representante legal o sr. Decio Gabriel Soares, portador da C.I nº 12.869.782 e CPF nº 078.314.446-61, DECLARA também, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e inciso IV do artigo 63, da lei 14.133/2021.

Mariana, 31 de outubro de 2025

Decio Gabriel Soares

Sócio Proprietário

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

044

DECLARAÇÃO

A empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.993.978/0001-18, com sede à Rua Rouxinol, nº 22 Bairro: Estrela do Sul, Mariana - MG, por intermedio de seu representante legal o sr. Decio Gabriel Soares, portador da C.I nº 12.869.782 e CPF nº 078.314.446-61, abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal/Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerencia, administração ou tomada de decisão, (inciso V, do art. 14 da Lei 14133/2021).

Mariana, 31 de outubro de 2025

Decio Gabriel Soares

Sócio Proprietário

Protocolo: 026347
Reg: 009273
Livro: B50
Folha: 134 Pag: 2
Data: 12/06/2018

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Manoel da Costa Athayde, nº 91 - Centro - Mariana-MG
Breno Barbosa Borges-Oficial de Registro
Livro B
Apresentante: Décio Gabriel Soares

045

Mariana
Minas Gerais
Cartório

ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB

SOLICITAÇÃO DE REGISTRO

Solicito registro do objeto acima supracitado **"ENDURANCE DA CACHOEIRA –MTB"**, idealizada pela Prof. Décio Gabriel Soares em 2015. O evento ciclístico na categoria Mountain Bike terá conotação competitiva e ligará a sede do município, Mariana, ao distrito de Cachoeira do Brumado, tendo o seu percurso pelo distrito de Passagem de Mariana, serrinha, cibrão, Vargem, Mainart, Barro Branco, Cafundão e chegada na cachoeira no distrito de Cachoeira do Brumado percorrendo uma distância 55,1 km. O evento acontecerá sempre no mês de Julho e fará parte da comemoração da data natalícia da fundação da cidade de Mariana. **O ENDURANCE DA CACHOEIRA-MTB**, propiciará o desenvolvimento do turismo regional e Estadual e servirá de incentivo ao comércio e divulgação das maravilhas de nossa terra, visto que, o percurso é permeado de rica flora, fauna e de belo visual natural. Portanto, solicito o registro do objeto de acordo com as normas estabelecidas em nosso país para a defesa de propriedade intelectual. Refuta-se qualquer similaridade no todo ou em parte e será somente realizado com a aquiescência de seu proponente.

Mariana,02 de Maio de 2018

Prof. Décio Gabriel Soares

Proponente

Dou fé. Mariana, 12 de junho de 2018

Breno Barbosa Borges – Oficial

Código	Ato	QQtd.	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
1º Ofício CARTÓRIO BARBOSA
Mariana, MG
Selo Número: CBS64504
Código: 7211.9862.5496.7181
Total de atos: 2 / Emol: 17,77 TFJ: 6,17 Total: 23,94
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br

040

LEI Nº 3.166, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017.

"Institui no Calendário Oficial de Eventos do Municipio o ENDURANCE CACHOEIRA – MTB e dá outras providencias".

O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Município o ***"Endurance Cachoeira – MTB"*** que será realizado anualmente no mês de julho.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana, 26 de setembro de 2017.

Duarte Eustáquio Gonçalves Junior
Prefeito Municipal de Mariana

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

047

Solicitação de Compra Nº 572/2025

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS

Solicitante: BRUNO RICARDO DE FREITAS **Data da Solicitação:** 17/11/2025
Organograma: 2500100422 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E EVENT
Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO
Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB
Justificativa: O IX ENDURANCE DA CACHOEIRA - MTB É UM EVENTO ESPORTIVO TRADICIONAL DE CICLISMO DE MONTANHA, REALIZADO EM CACHOEIRA DO BRUMADO, DISTRITO DE MARIANA/MG, QUE REÚNE ATLETAS DE DIVERSAS REGIÕES, FOMENTANDO O ESPORTE, O TURISMO E O COMÉRCIO LOCAL. A PROVA PROMOVE INTEGRAÇÃO SOCIAL, INCENTIVA HÁBITOS SAUDÁVEIS E CONTRIBUI PARA A DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICIPIO.
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	SERVICO DE REALIZACAO DO EVENTO ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB - SERVICO DE REALIZACAO DO EVENTO ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB	24.000,0000	24.000,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 24.000,00

Mariana, 17 de Novembro de 2025.

BRUNO RICARDO DE FREITAS

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 17/11/2025
643
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1271219/2025**
Data do Bloqueio: 17/11/2025

Órgão:	25.000	SECRETARIA MUN ESPORTES, EVENTOS E COMUNIC- SEMESP
Unidade:	25.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEMESP
Funcional:	27.812.0014	Desporto Comunitário
Projeto/Atividade:	2.561	APOIO A OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	653	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.501.000.0000	17/11/2025	192/2025	258.599,93	24.000,00	0,00	234.599,93

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.501.000.0000	Outros Recursos não Vinculados	24.000,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

049

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/2021 e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.001.27.812.0014.339039 Fonte de Recursos 1501 FICHA 653

Valor Global Estimado: R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

Mariana, 17 de Novembro/2025

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

BRUNO RICARDO DE FREITAS
Secretário Municipal Esportes, Comunicação e Eventos.

Termo de Abertura/autuação

050

Ao 17º dia do mês Novembro do Ano de **2025,** nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 192/2025**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

051

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 169/2025

PROCESSO: 192/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Esportes e Eventos com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 169/2025, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar aos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise conforme modalidade e/ou sua exceção indicada ao caso concreto.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria de Esporte , Comunicação e Eventos no que tange a necessidade de contratação dos serviços em tela;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de realização do evento "**IX ENDUIRANCE DA CACHOEIRA MTB**", o qual vem sendo realizado no Município a alguns anos, e se tornado evento esportivo tradicional.

CONSIDERANDO que, conforme afirma a secretaria solicitante, que a há a necessidade de realização, uma vez que será a 11ª edição via empresa DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, que é idealizadora e organizadora do evento como um todo.

052

CONSIDERANDO que, conforme documento apresentado, a empresa DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS detém exclusividade para realização do evento.

CONSIDERANDO que a unidade requisitante justifica nos autos tratar-se de serviço exclusivo, sendo que tal análise foge da competência da Coordenadoria Geral de Compras por se tratar de objeto técnico;

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso I, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

E, por fim, antes do eventual ato de autorização/reconhecimento de Inexigibilidade, encaminhe-se o feito ao ordenador de despesas, para conhecimento de todos os pareceres acostados ao feito, para que tenha subsídios suficientes para adequada análise de conveniência e oportunidade.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 17 de novembro de 2025

ÉRIKA ALVES QUIRINO
Coordenadora Geral de Compras

53

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 169/2025 – PRC 192/2025- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB".

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda. para a realização do evento "IX Endurance da Cachoeira MTB", no Município de Mariana - MG, a pedido da Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento baseando-se nos artigos 33 e seguintes do Decreto Municipal nº 10.573/2023, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2º, § 3º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

54

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Salvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

55

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei n° 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei n° 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei n° 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

56

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda. para a realização do evento "IX Endurance da Cachoeira MTB", no Município de Mariana - MG, a pedido da Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos, com fulcro no o inciso I, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal n° 14.133/21, em seu art. 74, inciso I, trouxe a possibilidade de contratação de serviços que só possam ser fornecidos por empresa exclusiva no ramo, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda n° 088 (fls. 002/004) Estudo Técnico Preliminar n° 088 (fls. 005/009), Termo de Referência (fls. 013/019), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Esporte e Eventos.

Ausentes análise de risco, dispensável nos termos do art. 72, I, da Lei 14.133/2021.

Termo de inexigibilidade presente (fls. 011/012)

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado.

Ressalta-se que não cabe a esta Procuradoria adentrar no mérito do preço a ser pago, sendo esta responsabilidade exclusiva da Secretária Ordenadora de Despesas. Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU n° 17, a seguir:

> "A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos."

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei Federal n. ° 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4° Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1°, 2° e 3° deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

A justificativa de preços fora apresentada pelo Secretário Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, nos seguintes termos:

> "(...) foi realizada pesquisa de mercado com eventos de Mountain Bike e provas esportivas similares, cuja média de preços identificada foi superior ao valor apresentado pela DGS. O valor de R$ 24.000,00 está compatível com o porte do evento e abaixo da média apurada. Ressalta-se que o IX ENDURANCE DA CACHOEIRA - MTB é uma realização exclusiva da DGS, idealizadora e organizadora desde sua criação, caracterizando-se como evento singular e de natureza esportiva consolidada. Dessa forma, a justificativa de preço apoia-se em dois fundamentos: Exclusividade e natureza singular do evento, nos termos do art. 74, I, da Lei 14.133/2021. Razoabilidade e economicidade do valor proposto, considerando comparativos de mercado. Sendo assim, a contratação por inexigibilidade mostra-se devidamente fundamentada, assegurando não apenas o cumprimento da legislação, mas também a qualidade, a segurança e a continuidade de um evento de grande relevância histórica, cultural, esportiva e turística para o município de Mariana".

Todavia, encontra-se ausente a juntada da referida "pesquisa de mercado com eventos de Mountain Bike e provas esportivas similares, cuja média de preços identificada foi superior ao valor apresentado pela DGS", ficando o prosseguimento da presente contratação direta condicionada a comprovação da mesma.

Foi juntado bloqueio orçamentário (fl. 048), demonstrando compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pela DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.

Juntadas certidões de regularidade (fls. 035/040).

Ausente a comprovação da exclusividade/representação, através de declaração capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou empresário exclusivos, nos termos do artigo 74, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo requisito obrigatório na presente contratação direta.

Ressalta-se que os documentos acostados para a escolha do contratado são de exclusiva responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, e por se tratar de matéria técnica, não compete a esta procuradoria.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso I da lei 14.133/2021 pode ser observada à fl. 49, com a abertura do Processo Licitatório.

Importante reforçar o que dispõe o parágrafo único do art. 72 da Nova Lei de Licitações que dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

58
9

IV – CONCLUSÃO

Face às razões expostas e com fundamentação na norma do artigo 74, II, da Lei n. 14.133/2021, esta procuradoria opina pelo cumprimento das seguintes ressalvas, para prosseguimento do processo de inexigibilidade de licitação para contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda. para a realização do evento "IX Endurance da Cachoeira MTB":

a) Seja apresentada a "pesquisa de mercado com eventos de Mountain Bike e provas esportivas similares, cuja média de preços identificada foi superior ao valor apresentado pela DGS", conforme atestado à fl. 010, ficando o prosseguimento da presente contratação direta condicionada a comprovação da mesma;

b) Seja comprovada a exclusividade/representação, através de declaração capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou empresário exclusivos, nos termos do artigo 74, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo requisito obrigatório na presente contratação direta;

c) Seja colhida assinatura do secretário ordenador de despesas em todas as páginas do Documento de Formalização de Demanda (fls. 002/003), do Estudo Técnico Preliminar (fls. 005/008), no Termo de Inexigibilidade (fl. 011) e no Termo de Referência (fls. 013/018).

Cumpridas as ressalvas supracitadas, encaminhem-se os autos ao Controle Interno para análise.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 24 de novembro de 2025.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico do Município de Mariana
OAB/MG nº. 172.712

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

59

CONTRATO Nº 225/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 150/2025

Contrato de Prestação de Serviços nº 138/2025 – Inexigibilidade nº 080/2025, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa jurídica de direito público, localizada na Praça Juscelino Kubistchek, s/n°, Centro, na cidade de Mariana , estado de Minas Gerais, representado pelo(a) Sr. Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves e pelo Secretário(a) Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, Sr.(a) Bruno Ricardo de Freitas, de agora em diante denominados **CONTRATANTE**, e de outro lado, **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.**, Sociedade Empresária Limitada, com sede na Rua Rouxinol, nº 22, Bairro/Distrito Estrela do Sul, na Cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, cujo CNPJ é 11.993.978/0001-18, neste ato representado por seu representante legal Décio Gabriel Soares, doravante nominada **CONTRATADA**, e de outro lado, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Realização do Evento "XII Corrida e Caminhada Ouro Preto a Mariana, Prova dos 12", conforme especificações constantes da proposta técnica apresentada pela empresa e pelo Termo de Referência.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dos Preços

2.1.1. O Contratante pagará o valor total Global de R$ 30.226,00 (trinta mil e duzentos e vinte e seis reais).

2.2. Das Condições de pagamento

2.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o fornecimento/ prestação do serviço e o envio da nota fiscal, seguirá ao estabelecido do Termo de Referência e será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana/MG, nos termos do artigo 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A Prefeitura Municipal de Mariana pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

2.2.3. O fiscal do contrato só atestará a execução dos serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas no cronograma físico-financeiro e/ou no Termo de Referência.

2.2.4. A Contratante se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da Contratada, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros, desde que devidamente apurados na forma da lei, e assim a ela seja determinado por autoridade competente.

2.2.5. O Pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Promitente Fornecedora em sua proposta.

2.2.6. O pagamento será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal, nos termos do Termo de Referência.

2.2.7. A Contratada sujeitar-se-á às normas regulamentadoras sobre rendimentos auferidos por pessoas jurídicas no âmbito comercial, no que se refere ao devido recolhimento de impostos, ressaltando-se que, em caso de não incidência, ficará obrigada a apresentar declaração de isenção, expedida pelo órgão competente.

2.2.8. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos da Lei de licitações 14.133/2021.

2.2.9. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT. De acordo com o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.2.10. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.2.11. O Município de Mariana/MG poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não forem sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.2.12. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

2.2.13. Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade da prestação do serviço

2.2.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I= (TX/30)
EM = (I x N / 100) x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

2.2.15. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

2.2.16. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela que se refere a remuneração auferida.

2.2.17. Nos valores propostos estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

60

2.2.18. Os tributos e/ou impostos, encargos e taxas incidentes sobre o objeto deste contrato são decorrentes exclusivamente da apresentação artística, ficando a cargo da Contratante aqueles que porventura possam incidir sobre a organização do evento.

2.2.19. A Contratada ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal).

2.2.20. Para a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de os Municípios reterem o referido imposto nos pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficando isentas as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL E MEI, devendo, nesse caso, a nota fiscal indicar essa qualidade

2.3. Critério de Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

2.4. Do Reequilíbrio de Preço

2.4.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada, conforme previsão do item 4.5.3 deste instrumento.

2.4.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

A rubrica das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento das despesas são:

Nº da Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte
25.001.27.812.014.2561.339039	653	1501

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos dos artigos 6º, inciso XVII, e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

7.1. As obrigações elencadas no item 8 e 09 do Termo de Referência independentemente da sua transcrição neste instrumento contratual.

I - Constituem também OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Atender integralmente todas as exigências estabelecidas neste contrato, bem como executar os serviços mediante autorização, através de emissão de ordem fornecida pelo Órgão pertinente e em conformidade com o estipulado em sua Cláusula Primeira, ficando ainda autorizada a iniciar a execução dos mesmos a partir da ordem de serviço assinada pela Contratante;
b) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
c) Estar apto e presente no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos.
d) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
g) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
h) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista os serviços realizados, anteriormente à emissão da Nota;
i) Manter, durante toda a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório e responsabilizar-se por todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias;
j) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que trabalharem em função do contrato, cumprindo com todas as normas pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho e às normas ambientais e disponibilizando a seus funcionários, todos os equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com as exigências legais, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
k) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
l) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais;
m) Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

n) Correrão por conta da Contratada todas as despesas, custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo;
o) A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante;
p) Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga do objeto contratado;
q) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações;
r) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, de forma imediata, contado da sua notificação;
s) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega ou uso dos produtos entregues com defeitos, incorreções, prazo de validade muito próximo, vencido, deformidades, embalados incorretamente, impróprios para o uso humano ou avarias de fabricação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Mariana;
t) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido na lei 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual;
u) Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante;
v) Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do Fiscal e Gestor do Contrato ou pessoa designada por este, bem como comunicar imediatamente, por intermédio do Fiscal ou Gestor do Contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
w) Fornecer todos os itens cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência;
x) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
y) Demais obrigações constantes do Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

II – Constituem também obrigações da Contratante, além do estabelecido no item 9 do Termo de Referência:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência;
b) Fornecer estrutura de palco e camarim, sonorização, gerador de energia, apoio logístico para o local, transporte, alimentação e camarim;
c) Através da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando pagamentos nas condições e preços estabelecidos;
d) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pela Contratada, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva prestação dos serviços;
e) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
g) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo do serviço, mediante termo de recebimento; conforme artigo 140, I, "b", da Lei Federal 14.133/21;
h) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido,

para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

i) Realizar a fiscalização dos serviços prestados pela contratada, inclusive, podendo contratar consultoria especializada para subsidiar a conferência das especificações técnicas.

j) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

k) Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e as sanções de acordo com legislação vigente;

l) Demais obrigações constantes do Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

7.2. É vedado ao Contratado Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sem autorização expressa do Contratante; subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato; e pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior.

CLÁUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO

Com base no artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente contrato será acompanhado por servidor a ser formalmente designado pela Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO

9.1. Constituem motivos para a rescisão imediata do presente Contrato, não cabendo nenhuma indenização por parte da Contratante à Contratada, a inobservância de quaisquer das normas estabelecidas neste instrumento, bem como o flagrante descumprimento dos dispositivos estipulados no artigo 155 e seus incisos, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda, sob pena de restituição aos cofres públicos e/ou pagamento de multa, por parte da Contratada, do equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato.

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual na forma do artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratante adotará as medidas ordenadas no mesmo diploma legal.

9.3. A rescisão unilateral dar-se-á mediante comunicação da Contratante e independerá de aviso, notificação ou interpelação judicial.

9.4. A rescisão amigável dar-se-á mediante acordo das partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante.

9.5. Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratante não indenizará a Contratada, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLAÚSULA 10ª - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLAÚSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O objeto desta licitação deverá ser fornecido/prestado na forma prevista no Termo de Referência;

62

11.2. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade deste contrato.

11.3. Todos os itens/serviços objeto dessa licitação devem ser prestados e entregues em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

11.4. A Contratada garantirá a qualidade e eficácia dos serviços prestados, pelo prazo de duração do presente Instrumento, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais leis aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado neste edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato para fornecimento, nos termos do §2º do art. 90 da lei 14.133/2021.

12.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 e 156 da lei federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

12.1.1 - Advertência por escrito: comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

12.1.2 - MULTA, conforme os percentuais definidos a seguir:

12.1.2.1 - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

12.1.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

12.1.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) Inobservância do nível de qualidade dos serviços;
b) Transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
c) Subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do município de Mariana MG;
d) Descumprimento de cláusula contratual.

12.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública.

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município de Mariana pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, sendo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

12.3. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

12.4. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do código civil brasileiro.

12.5. As importâncias relativas a multas poderão, a critério do Município de Mariana MG, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

12.6. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

12.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.8. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Mariana/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

12.9. A Contratante/adjudicatária poderá sofrer ainda, as sanções descritas na Lei nº 12.846/2013, artigos 5º e 6º.

12.10. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

12.11. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Contratante

CLÁUSULA 13ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI FEDERAL 13.709/2018)

13.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da Contratante, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. A Contratada obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

63

13.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.7. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.8. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.9. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.9.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.10. A Contratada que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.11.1. A Contratada ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

13.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA 14ª – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Termo de Referência e demais anexos, sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato que se complementam.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei federal 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA 15ª- DA ARBITRAGEM

Nos termos do Decreto n° 9.822 de 23/08/2019, será utilizado preferencialmente a arbitragem e/ou mediação para a resolução dos conflitos advindos da relação contratual a ser firmada em razão da presente licitação.

CLÁUSULA 16ª - DO FORO

Fica eleito o foro desta comarca do Município de Mariana/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mariana, 07 de outubro de 2025.

Prefeito Municipal
Juliano Vasconcelos Gonçalves

Secretário Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos
Bruno Ricardo de Freitas
CONTRATANTE

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
Décio Gabriel Soares
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF:

CPF:

CONTRATO Nº 225/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 150/2025

Contrato de Prestação de Serviços nº 138/2025 – Inexigibilidade nº 080/2025, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa jurídica de direito público, localizada na Praça Juscelino Kubistchek, s/n°, Centro, na cidade de Mariana , estado de Minas Gerais, representado pelo(a) Sr. Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves e pelo Secretário(a) Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, Sr.(a) Bruno Ricardo de Freitas, de agora em diante denominados **CONTRATANTE**, e de outro lado, **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.**, Sociedade Empresária Limitada, com sede na Rua Rouxinol, nº 22, Bairro/Distrito Estrela do Sul, na Cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, cujo CNPJ é 11.993.978/0001-18, neste ato representado por seu representante legal Décio Gabriel Soares, doravante nominada **CONTRATADA**, e de outro lado, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Realização do Evento "XII Corrida e Caminhada Ouro Preto a Mariana, Prova dos 12", conforme especificações constantes da proposta técnica apresentada pela empresa e pelo Termo de Referência.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dos Preços

2.1.1. O Contratante pagará o valor total Global de R$ 30.226,00 (trinta mil e duzentos e vinte e seis reais).

2.2. Das Condições de pagamento

2.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o fornecimento/ prestação do serviço e o envio da nota fiscal, seguirá ao estabelecido do Termo de Referência e será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana/MG, nos termos do artigo 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A Prefeitura Municipal de Mariana pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

2.2.3. O fiscal do contrato só atestará a execução dos serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas no cronograma físico-financeiro e/ou no Termo de Referência.

2.2.4. A Contratante se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da Contratada, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros, desde que devidamente apurados na forma da lei, e assim a ela seja determinado por autoridade competente.

2.2.5. O Pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Promitente Fornecedora em sua proposta.

2.2.6. O pagamento será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal, nos termos do Termo de Referência.

2.2.7. A Contratada sujeitar-se-á às normas regulamentadoras sobre rendimentos auferidos por pessoas jurídicas no âmbito comercial, no que se refere ao devido recolhimento de impostos, ressaltando-se que, em caso de não incidência, ficará obrigada a apresentar declaração de isenção, expedida pelo órgão competente.

2.2.8. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos da Lei de licitações 14.133/2021.

2.2.9. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT. De acordo com o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.2.10. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.2.11. O Município de Mariana/MG poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não forem sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.2.12. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

2.2.13. Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade da prestação do serviço

2.2.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I= (TX/30)
EM = (I x N / 100) x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

2.2.15. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

2.2.16. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela que se refere a remuneração auferida.

2.2.17. Nos valores propostos estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

65

2.2.18. Os tributos e/ou impostos, encargos e taxas incidentes sobre o objeto deste contrato são decorrentes exclusivamente da apresentação artística, ficando a cargo da Contratante aqueles que porventura possam incidir sobre a organização do evento.

2.2.19. A Contratada ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal).

2.2.20. Para a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de os Municípios reterem o referido imposto nos pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficando isentas as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL E MEI, devendo, nesse caso, a nota fiscal indicar essa qualidade

2.3. Critério de Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

2.4. Do Reequilíbrio de Preço

2.4.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada, conforme previsão do item 4.5.3 deste instrumento.

2.4.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

A rubrica das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento das despesas são:

Nº da Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte
25.001.27.812.014.2561.339039	653	1501

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos dos artigos 6º, inciso XVII, e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

7.1. As obrigações elencadas no item 8 e 09 do Termo de Referência independentemente da sua transcrição neste instrumento contratual.

I - Constituem também OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Atender integralmente todas as exigências estabelecidas neste contrato, bem como executar os serviços mediante autorização, através de emissão de ordem fornecida pelo Órgão pertinente e em conformidade com o estipulado em sua Cláusula Primeira, ficando ainda autorizada a iniciar a execução dos mesmos a partir da ordem de serviço assinada pela Contratante;
b) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
c) Estar apto e presente no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos.
d) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
g) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
h) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista os serviços realizados, anteriormente à emissão da Nota;
i) Manter, durante toda a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório e responsabilizar-se por todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias;
j) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que trabalharem em função do contrato, cumprindo com todas as normas pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho e às normas ambientais e disponibilizando a seus funcionários, todos os equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com as exigências legais, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
k) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
l) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais;
m) Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

66

n) Correrão por conta da Contratada todas as despesas, custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo;
o) A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante;
p) Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga do objeto contratado;
q) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações;
r) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, de forma imediata, contado da sua notificação;
s) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega ou uso dos produtos entregues com defeitos, incorreções, prazo de validade muito próximo, vencido, deformidades, embalados incorretamente, impróprios para o uso humano ou avarias de fabricação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Mariana;
t) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido na lei 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual;
u) Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante;
v) Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do Fiscal e Gestor do Contrato ou pessoa designada por este, bem como comunicar imediatamente, por intermédio do Fiscal ou Gestor do Contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
w) Fornecer todos os itens cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência;
x) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
y) Demais obrigações constantes do Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

II – Constituem também obrigações da Contratante, além do estabelecido no item 9 do Termo de Referência:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência;
b) Fornecer estrutura de palco e camarim, sonorização, gerador de energia, apoio logístico para o local, transporte, alimentação e camarim;
c) Através da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando pagamentos nas condições e preços estabelecidos;
d) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pela Contratada, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva prestação dos serviços;
e) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
g) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo do serviço, mediante termo de recebimento; conforme artigo 140, I, "b", da Lei Federal 14.133/21;
h) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido,

para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

i) Realizar a fiscalização dos serviços prestados pela contratada, inclusive, podendo contratar consultoria especializada para subsidiar a conferência das especificações técnicas.

j) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

k) Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e as sanções de acordo com legislação vigente;

l) Demais obrigações constantes do Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

7.2. É vedado ao Contratado Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sem autorização expressa do Contratante; subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato; e pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior.

CLÁUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO

Com base no artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente contrato será acompanhado por servidor a ser formalmente designado pela Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO

9.1. Constituem motivos para a rescisão imediata do presente Contrato, não cabendo nenhuma indenização por parte da Contratante à Contratada, a inobservância de quaisquer das normas estabelecidas neste instrumento, bem como o flagrante descumprimento dos dispositivos estipulados no artigo 155 e seus incisos, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda, sob pena de restituição aos cofres públicos e/ou pagamento de multa, por parte da Contratada, do equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato.

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual na forma do artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratante adotará as medidas ordenadas no mesmo diploma legal.

9.3. A rescisão unilateral dar-se-á mediante comunicação da Contratante e independerá de aviso, notificação ou interpelação judicial.

9.4. A rescisão amigável dar-se-á mediante acordo das partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante.

9.5. Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratante não indenizará a Contratada, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLAÚSULA 10ª - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLAÚSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O objeto desta licitação deverá ser fornecido/prestado na forma prevista no Termo de Referência;

11.2. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade deste contrato.

11.3. Todos os itens/serviços objeto dessa licitação devem ser prestados e entregues em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

11.4. A Contratada garantirá a qualidade e eficácia dos serviços prestados, pelo prazo de duração do presente Instrumento, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais leis aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado neste edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato para fornecimento, nos termos do §2º do art. 90 da lei 14.133/2021.

12.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 e 156 da lei federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

12.1.1 - Advertência por escrito: comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

12.1.2 - MULTA, conforme os percentuais definidos a seguir:

12.1.2.1 - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

12.1.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

12.1.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) Inobservância do nível de qualidade dos serviços;
b) Transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
c) Subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do município de Mariana MG;
d) Descumprimento de cláusula contratual.

12.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública.

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município de Mariana pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, sendo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

12.3. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

12.4. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do código civil brasileiro.

12.5. As importâncias relativas a multas poderão, a critério do Município de Mariana MG, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

12.6. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

12.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.8. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Mariana/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

12.9. A Contratante/adjudicatária poderá sofrer ainda, as sanções descritas na Lei nº 12.846/2013, artigos 5º e 6º.

12.10. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

12.11. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Contratante

CLÁUSULA 13ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI FEDERAL 13.709/2018)

13.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da Contratante, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. A Contratada obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.7. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.8. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.9. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.9.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.10. A Contratada que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.11.1. A Contratada ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

13.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA 14ª – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Termo de Referência e demais anexos, sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato que se complementam.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei federal 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA 15ª- DA ARBITRAGEM

Nos termos do Decreto n° 9.822 de 23/08/2019, será utilizado preferencialmente a arbitragem e/ou mediação para a resolução dos conflitos advindos da relação contratual a ser firmada em razão da presente licitação.

CLÁUSULA 16ª - DO FORO

Fica eleito o foro desta comarca do Município de Mariana/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mariana, 07 de outubro de 2025.

Prefeito Municipal
Juliano Vasconcelos Gonçalves

Secretário Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos
Bruno Ricardo de Freitas
CONTRATANTE

DGS CONSULTORIA E PROMOÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
Décio Gabriel Soares
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF:

CPF:

CONTRATO Nº 193/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 102/2025

Contrato de Prestação de Serviços nº 138/2025 – Inexigibilidade nº 080/2025, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa jurídica de direito público, localizada na Praça Juscelino Kubistchek, s/n°, Centro, na cidade de Mariana , estado de Minas Gerais, representado pelo(a) Sr. Prefeito Juliano Vasconcelos Gonçalves e pelo Secretário(a) Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, Sr.(a) Bruno Ricardo de Freitas, de agora em diante denominados **CONTRATANTE**, e de outro lado, **IRON CO. MARKETING E EVENTOS LTDA.**, Sociedade Empresária Limitada, com sede na Rua Praça São Sebastião, nº 165, sala 01, Bairro/Distrito Centro, na Cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais, cujo CNPJ é 42.883.901/0001-04, neste ato representado por seu representante legal Marco Antônio Canaan, doravante nominada **CONTRATADA**, e de outro lado, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Contratação da empresa IRON CO. MARKETING E EVENTOS., inscrita no CNPJ nº 42.833.901/0001-04, para aquisição da "Cota Cidade Sede" do evento Iron Biker Brasil 2025, visando a realização da competição no município de Mariana/MG, nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2025, conforme especificações constantes da proposta técnica apresentada pela empresa e pelo Termo de Referência.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dos Preços

2.1.1. O Contratante pagará o valor total Global de R$ 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais).

2.2. Das Condições de pagamento

2.2.1. O pagamento será efetuado em até 20 dias úteis após o fornecimento/ prestação do serviço e o envio da nota fiscal, seguirá ao estabelecido do Termo de Referência e será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana/MG, nos termos do artigo 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2 A Prefeitura Municipal de Mariana pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

2.2.3. O fiscal do contrato só atestará a execução dos serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas no cronograma físico-financeiro e/ou no Termo de Referência.

2.2.4. A Contratante se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da Contratada, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros, desde que devidamente apurados na forma da lei, e assim a ela seja determinado por autoridade competente.

2.2.5. O Pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela Promitente Fornecedora em sua proposta.

2.2.6. O pagamento será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal, nos termos do Termo de Referência.

2.2.7. A Contratada sujeitar-se-á às normas regulamentadoras sobre rendimentos auferidos por pessoas jurídicas no âmbito comercial, no que se refere ao devido recolhimento de impostos, ressaltando-se que, em caso de não incidência, ficará obrigada a apresentar declaração de isenção, expedida pelo órgão competente.

2.2.8. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos da Lei de licitações 14.133/2021.

2.2.9. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT. De acordo com o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.2.10. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.2.11. O Município de Mariana/MG poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não forem sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.2.12. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

2.2.13. Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade da prestação do serviço

2.2.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

I= (TX/30)
EM = (I x N / 100) x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

2.2.15. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

2.2.16. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela que se refere a remuneração auferida.

2.2.17. Nos valores propostos estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2.18. Os tributos e/ou impostos, encargos e taxas incidentes sobre o objeto deste contrato são decorrentes exclusivamente da apresentação artística, ficando a cargo da Contratante aqueles que porventura possam incidir sobre a organização do evento.

2.2.19. A Contratada ficará sujeito à incidência do imposto de renda na fonte conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal).

2.2.20. Para a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de os Municípios reterem o referido imposto nos pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficando isentas as empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL E MEI, devendo, nesse caso, a nota fiscal indicar essa qualidade

2.3. Critério de Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

2.4. Do Reequilíbrio de Preço

2.4.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada, conforme previsão do item 4.5.3 deste instrumento.

2.4.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

A rubrica das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento das despesas são:

Nº da Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte
25.001.1.4.131.2.034.3.3.90.39	657	1500

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos dos artigos 6º, inciso XVII, e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

7.1. As obrigações elencadas no item 8 e 09 do Termo de Referência independentemente da sua transcrição neste instrumento contratual.

I - Constituem também OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Atender integralmente todas as exigências estabelecidas neste contrato, bem como executar os serviços mediante autorização, através de emissão de ordem fornecida pelo Órgão pertinente e em conformidade com o estipulado em sua Cláusula Primeira, ficando ainda autorizada a iniciar a execução dos mesmos a partir da ordem de serviço assinada pela Contratante;
b) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
c) Estar apto e presente no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos.
d) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
g) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
h) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista os serviços realizados, anteriormente à emissão da Nota;
i) Manter, durante toda a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório e responsabilizar-se por todas as licenças e autorizações que se fizerem necessárias;
j) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que trabalharem em função do contrato, cumprindo com todas as normas pertinentes à Segurança e Medicina do Trabalho e às normas ambientais

e disponibilizando a seus funcionários, todos os equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com as exigências legais, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

k) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
l) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais;
m) Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
n) Correrão por conta da Contratada todas as despesas, custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo;
o) A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante;
p) Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga do objeto contratado;
q) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações;
r) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, de forma imediata, contado da sua notificação;
s) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega ou uso dos produtos entregues com defeitos, incorreções, prazo de validade muito próximo, vencido, deformidades, embalados incorretamente, impróprios para o uso humano ou avarias de fabricação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Mariana;
t) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido na lei 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual;
u) Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante;
v) Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do Fiscal e Gestor do Contrato ou pessoa designada por este, bem como comunicar imediatamente, por intermédio do Fiscal ou Gestor do Contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
w) Fornecer todos os itens cotados em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência;
x) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
y) Demais obrigações constantes do Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

II – Constituem também obrigações da Contratante, além do estabelecido no item 9 do Termo de Referência:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência;
b) Fornecer estrutura de palco e camarim, sonorização, gerador de energia, apoio logístico para o local, transporte, alimentação e camarim;

c) Através da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando pagamentos nas condições e preços estabelecidos;
d) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pela Contratada, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva prestação dos serviços;
e) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
g) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo do serviço, mediante termo de recebimento; conforme artigo 140, I, "b", da Lei Federal 14.133/21;
h) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
i) Realizar a fiscalização dos serviços prestados pela contratada, inclusive, podendo contratar consultoria especializada para subsidiar a conferência das especificações técnicas.
j) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados
k) Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e as sanções de acordo com legislação vigente;
l) Demais obrigações constantes do Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

7.2. É vedado ao Contratado Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, sem autorização expressa do Contratante; subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato; e pleitear indenizações por prejuízos ou despesas decorrentes de casos fortuitos ou força maior.

CLÁUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO

Com base no artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente contrato será acompanhado por servidor a ser formalmente designado pela Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO

9.1. Constituem motivos para a rescisão imediata do presente Contrato, não cabendo nenhuma indenização por parte da Contratante à Contratada, a inobservância de quaisquer das normas estabelecidas neste instrumento, bem como o flagrante descumprimento dos dispositivos estipulados no artigo 155 e seus incisos, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda, sob pena de restituição aos cofres públicos e/ou pagamento de multa, por parte da Contratada, do equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor deste Contrato.

9.2. Ocorrendo a rescisão contratual na forma do artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratante adotará as medidas ordenadas no mesmo diploma legal.

9.3. A rescisão unilateral dar-se-á mediante comunicação da Contratante e independerá de aviso, notificação ou interpelação judicial.

9.4. A rescisão amigável dar-se-á mediante acordo das partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Contratante.

9.5. Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratante não indenizará a Contratada, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLAÚSULA 10ª - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLAÚSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O objeto desta licitação deverá ser fornecido/prestado na forma prevista no Termo de Referência;

11.2. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade deste contrato.

11.3. Todos os itens/serviços objeto dessa licitação devem ser prestados e entregues em conformidade com as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

11.4. A Contratada garantirá a qualidade e eficácia dos serviços prestados, pelo prazo de duração do presente Instrumento, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais leis aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA 12ª - DAS PENALIDADES

Caso o licitante vencedor não cumpra com o estipulado neste edital poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato para fornecimento, nos termos do §2º do art. 90 da lei 14.133/2021.

12.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 e 156 da lei federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

12.1.1 - Advertência por escrito: comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

12.1.2 - MULTA, conforme os percentuais definidos a seguir:

12.1.2.1 - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

12.1.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

12.1.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) Inobservância do nível de qualidade dos serviços;
b) Transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
c) Subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do município de Mariana MG;
d) Descumprimento de cláusula contratual.

12.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública.

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município de Mariana pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, sendo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

12.3. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

12.4. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do código civil brasileiro.

12.5. As importâncias relativas a multas poderão, a critério do Município de Mariana MG, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

12.6. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

12.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.8. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Mariana/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

12.9. A Contratante/adjudicatária poderá sofrer ainda, as sanções descritas na Lei nº 12.846/2013, artigos 5º e 6º.

12.10. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

12.11. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Contratante

CLÁUSULA 13ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI FEDERAL 13.709/2018)

13.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da Contratante, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1. A Contratada obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.7. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.8. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.9. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.9.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.10. A Contratada que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.11.1. A Contratada ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

13.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA 14ª – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Termo de Referência e demais anexos, sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato que se complementam.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei federal 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA 15ª- DA ARBITRAGEM

Nos termos do Decreto n° 9.822 de 23/08/2019, será utilizado preferencialmente a arbitragem e/ou mediação para a resolução dos conflitos advindos da relação contratual a ser firmada em razão da presente licitação.

CLÁUSULA 16ª - DO FORO

Fica eleito o foro desta comarca do Município de Mariana/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mariana, 08 de setembro de 2025.

Prefeito Municipal
Juliano Vasconcelos Gonçalves

Secretário Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos
Bruno Ricardo de Freitas
CONTRATANTE

IRON CO. MARKETING E EVENTOS LTDA.
Marco Antônio Canaan
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF: CPF:

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.993.978/0001-18
Razão Social: DGS CONSULTORIA E PROMOCOES DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
Endereço: R ROUXINOL 22 / ESTRELA DO SUL / MARIANA / MG / 35424-219

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/12/2025 a 02/01/2026

Certificação Número: 2025120411081643511904

Informação obtida em 04/12/2025 14:50:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos.

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é a contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda para a realização do "IX Endurance da Cachoeira – MTB" no Município de Mariana.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 192/2025
Inexigibilidade de licitação nº: 169/2025
Dispositivo legal: Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 177/2018, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana.**

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

No artigo 169, §3°, a Lei n° 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei n° 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal n° 11.813/2024 e do Decreto municipal n° 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal n° 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo destas 74 folhas reunidas em um único volume. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos

---

[1] **Lei n° 14.133/21 - art. 169, § 3°** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3°, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2] **Decreto municipal n° 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal n° 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal n° 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3] **Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 02 a 04, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pela encarregada de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 05 a 09, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pela encarregada de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021, **com exceção do disposto a seguir:**

a) Embora conste o título "Requisitos da contratação", elemento não obrigatório de que trata o inciso III do §1° do art. 18 da Lei n° 14.133/2021, **não foram contemplados os**

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

requisitos da contratação, mas sim, equivocadamente versou sobre a fundamentação aplicável à adesão, o que não é o caso.

b) Quanto ao 9 "descrição da solução como um todo", elemento não obrigatório, conforme inciso VII, do §1°, art. 18, da Lei n° 14.133/2021, **observa-se que tal elemento foi descrito de forma genérica**.

Em razão das inconsistências acima expostas, **recomendamos ao encarregado(a) de planejamento da contratação a realização do estudo das as orientações trazidas pelo Manual de Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU (5ª edição – versão 2.0 – atualizado em 29/08/2024.**

Cumpre ressaltar que **embora os elementos mencionados nas letras "a" e "b", deste item, não sejam obrigatórios, estes devem ser elaborados em estrita conformidade com o determina a lei, ou, caso sejam dispensados, tal dispensa deve ser devidamente motivada** em cumprimento ao exigido no art. 18, §2°, da Lei 14.133/21. **Nesse viés, destacamos que todas as informações pertinentes devem ser juntadas ao processo, visto que não cabe aos demais interessados, tampouco aos pareceristas, deduzi-las.**

3. Não consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pela encarregada de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, **tampouco manifestação motivando sua ausência.**

4. Consta o Termo de Referência – fls. 0012 a 0016, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pela encarregada de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21, **exceto no que se dispõe a seguir:**

a) Não identificamos o elemento **"descrição da solução como um todo",** conforme dispõe a alínea "c" do art. 6° da Lei n° 14.133/2021;

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

b) Não identificamos o elemento **"requisitos da contratação"**, conforme dispõe a alínea "d" do art. 6º da Lei nº 14.133/2021;

c) Não identificamos **o elemento "modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento"**, conforme dispõe a alínea "e" do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4.1. Diante das ressalvas expostas neste item 4, ao **encarregado(a) de planejamento da contratação da Secretaria requisitante, ORIENTAMOS que, nas elaborações de Termos de referência, devem observados fielmente os elementos estabelecidos no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021**, abaixo transcritos, bem como, **recomendamos a realização do estudo das as orientações trazidas pelo Manual de Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU (5ª edição – versão 2.0 – atualizado em 29/08/2024.**

> XXIII - **termo de referência**: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que **deve conter** os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> **c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;**
> d) requisitos da contratação;
> **e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;**
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> **i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;**
> j) adequação orçamentária; (grifo nosso)

É importante ressaltar que os elementos acima citados, além de serem obrigatórios, são informações pertinentes que devem estar instruídas de forma clara e organizada no processo, visto que não cabe aos demais interessados, tampouco aos pareceristas, deduzi-las.

Acrescentamos que, embora o ordenador de despesas tenha justificado o grau de prioridade da contratação como alta devido à proximidade da realização do evento, é

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

oportuno alertar que por ser um evento anual, previsto no calendário oficial do Município, tal alegação caracteriza ausência de planejamento. Portanto orientamos que todos os eventos tradicionais do Município sejam planejados com antecedência.

5. Consta a proposta, formalizada por meio do plano de trabalho – fls. 20 a 21, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

6. Consta às fls. 10 a 12 a razão da escolha a razão da escolha da futura contratada, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

7. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso I do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal nº 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: justificativa fls.10 a 12, e a solicitação do registro do objeto, **entretanto não foi apresentado o respectivo registro. Sendo assim, esse deverá ser apresentado.**

8. Consta nos autos a comprovação de que a empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.993.978/0001-18, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, com seus prazos de validades vigentes; contrato social; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social - fls. 23 a 44 e 74. **Ressaltamos que os referidos documentos não foram validados ou teve sua autenticidade reconhecida ou atestada por agente público.**

9. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa – fl. 10; um documento fiscal – fl. 22 e dois contratos nº 52/2025, celebrados entre a futura contratada e a Prefeitura Municipal de Mariana.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

9.1. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores de contratações de objetos idênticos e similares comercializados pela futura contrata, cumprindo os critérios estabelecidos no § 1º do art. 7º da referida IN, **com exceção do** documento fiscal nº 202400000000028 – fl. 22, **que foi emitido em período superior a 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública**.

9.2. Quanto à existência de demonstração da compatibilidade entre o preço a ser contratado e o valor de mercado, bem como da vantagem econômica, em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

	Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		**Preço proposto ao Município de Mariana (B)**	**Comparativo de B vs. A Resultado:** menor, ou igual, ou maior
1	NF nº 202400000000028, emitida em 18/07/2024 – fl. 22.	R$ 24.000,00	R$ 24.000,00	B igual a A
2	Contrato nº 225/2025, celebrado em 07/10/2025 - fls. 64 a 68.	R$ 30.226,00	R$ 24.000,00	B menor que A
3	Contrato nº 193/2025, celebrado em 08/09/2025 - fls. 69 a 73.	R$ 339.000,00	R$ 24.000,00	B menor que A

Conforme demonstrado na tabela 01, após análise simplista, na qual, compara-se a o preço proposto e os apresentados como justificativa, observa-se que o valor da proposta é inferior aos com os valores dessas contratações anteriores com o Município de Mariana. **Entretanto, considerando a inconsistência apontada no item 9.1, deste parecer; considerando a ausência de detalhamento referente aos objetos das avenças apresentadas, bem como de informações que demonstrem o porte de cada evento; considerando a discrepância entre o valor do contrato demonstrado na linha 3 da tabela 01 e os demais; e considerando que não há manifestação da Secretaria quanto a realização de análise técnica; entende-se que a**

[5] A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

demonstração da compatibilidade entre o preço e o praticado no mercado está comprometida.

Diante disso, a Controladoria Geral **recomenda ao encarregado de planejamento da contratação e/ou equipe técnica da Secretaria requisitante que verifique e demonstre a compatibilidade entre os valores, instruindo os autos com informações que demonstrem razoabilidade e a proporcionalidade na comparação das avenças, levando em consideração o porte de cada evento.**

Além disso, a fim de trazer maior segurança quanto a demonstração da compatibilidade da proposta aos preços que a proponente pratica no mercado, **recomendamos à Secretaria requisitante que complemente a justificativa do preço com múltiplos documentos fiscais, ou instrumentos contratuais, ou notas de empenho, de objetos similares comercializados, pela proponente, com outros órgãos públicos ou privados, emitidos em período inferior a 01 (um) ano antes da data da autorização desta inexigibilidade, nos moldes do artigo 7º, § 1º da IN. CGM nº. 01/2024.**

10. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fls. 49 e 50.

11. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente (25.001.27.812.0014.2561.339039 1500 - Ficha 653) – fl. 48. (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

12. Não consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

ATENÇÃO:

Visto que não identificamos no processo o ato de designação dos encarregados pelo planejamento da contratação, aproveitamos a oportunidade para **orientar ao Secretário** que o art. 5º do Decreto Municipal 11.813/2024, determina que o encarregado de planejamento da contratação deve ser indicado pelo (a) Secretário(a) Municipal da respetiva pasta, e designado pelo chefe do poder executivo, por meio de portaria, observados os requisitos dispostos nos arts. 8º, 10 e 11, do mesmo Decreto.

Essa orientação de justifica em razão de que **o encarregado de planejamento da contratação** é o servidor responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Documento de Análise de Riscos, Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, instruir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentre outras atribuições elencadas no art. 17 do Decreto Municipal 11.813/2024.

13. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 51 a 52, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação, sem ressalvas.

14. Consta o parecer jurídico - fls. 53 a 58, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, **com ressalvas,** em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

15. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 19/05/2025 às 16h35min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal nº 11.812/2024, ***desde que:***

a) retificadas as inconsistências expostas nos itens 2, 3, 4, 7, 8, 9.2, 12 e 14, deste parecer;

b) declarada ciência expressa do Ordenador de despesas sobre o teor deste parecer, após análise de motivação, oportunidade e conveniência.

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em conformidade com o §1º do art. 14, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I -** Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá: a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

✓ Confeccionar o empenho, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à realização da despesa**. Nesse ponto, **a Controladoria Geral, recomenda** que seja realizado após a homologação do presente processo e **antes da assinatura do contrato**. Além disso, **recomenda-se** que seja indicado no instrumento contratual, por tratar-se de garantia do particular quanto ao pagamento futuro e por ser um dos requisitos que devem ser analisados pelo gestor para a liquidação da despesa. Tal recomendação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 05 de dezembro de 2025.

Antônio Carlos Souza dos Passos
Supervisor de Controle Interno

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PREFEITURA DE MARIANA

Secretaria Municipal de Comunicação, Esportes e Eventos

Ofício nº 777/2025

Mariana, 05 de dezembro de 2025

À
Controladoria-Geral do Município de Mariana
A/C: Setor de Controle Interno
Assunto: Resposta ao Parecer do Controle Interno
Processo Administrativo nº 192/2025 – Inexigibilidade nº 169/2025

Prezados,

Em atenção ao **Parecer do Controle Interno** referente ao **Processo Administrativo nº 192/2025**, que trata da **Inexigibilidade de Licitação nº 169/2025**, cujo objeto é a **contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda. para realização do IX Endurance da Cachoeira – MTB**, informo que as recomendações apresentadas foram integralmente analisadas e atendidas por esta Secretaria.

Conforme solicitado, procedemos às devidas **adequações técnicas no Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco e Termo de Referência**.

Ressaltamos que todas as orientações foram incorporadas, assegurando que o processo atenda plenamente às determinações da **Lei nº 14.133/2021**, bem como às boas práticas de planejamento, instrução processual, publicidade e controle.

Encaminhamos novamente os documentos devidamente revisados e atualizados para prosseguimento da análise e continuidade do trâmite.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Bruno Ricardo de Freitas
Secretário Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

PREFEITURA DE MARIANA

Secretaria Municipal de Comunicação, Esportes e Eventos

Ofício nº 777/2025

Mariana, 05 de dezembro de 2025

À
Controladoria-Geral do Município de Mariana
A/C: Setor de Controle Interno
Assunto: Resposta ao Parecer do Controle Interno
Processo Administrativo nº 192/2025 – Inexigibilidade nº 169/2025

Prezados,

Em atenção ao **Parecer do Controle Interno** referente ao **Processo Administrativo nº 192/2025**, que trata da **Inexigibilidade de Licitação nº 169/2025**, cujo objeto é a **contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda. para realização do IX Endurance da Cachoeira – MTB**, informo que as recomendações apresentadas foram integralmente analisadas e atendidas por esta Secretaria.

Conforme solicitado, procedemos às devidas **adequações técnicas no Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco e Termo de Referência**.

Ressaltamos que todas as orientações foram incorporadas, assegurando que o processo atenda plenamente às determinações da **Lei nº 14.133/2021**, bem como às boas práticas de planejamento, instrução processual, publicidade e controle.

Encaminhamos novamente os documentos devidamente revisados e atualizados para prosseguimento da análise e continuidade do trâmite.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Bruno Ricardo de Freitas
Secretário Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

MAPA DE RISCO 88

Objeto: Contratação da empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda. para realização da IX Endurance da Cachoeira – MTB, incluindo planejamento, logística, infraestrutura, equipe técnica, segurança, divulgação e premiação.

1. Identificação do Processo

· Modalidade: Inexigibilidade – Art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021

· Secretaria Responsável: Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

· Fonte de Recursos: 2.561 – Apoio a Outros Eventos Esportivos e de Lazer – Ficha 653 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Recursos Não Vinculados

2. Matriz de Riscos

Nº	Evento de Risco	Tipo de Risco	Impacto Potencial	Probabilidade	Responsável Primário	Estratégia de Mitigação
1	Inexecução total ou parcial das atividades previstas para o evento	Operacional / Contratual	Alto	Baixa	Contratada	Escopo definido; fiscalização contínua; aplicação de sanções (arts. 137 a 141 da Lei 14.133/2021)
2	Falhas na montagem de estruturas, sinalização ou logística do percurso	Operacional / Técnico	Alto	Baixa	Contratada	Plano operacional prévio; vistorias antecipadas; acompanhamento presencial
3	Ocorrência de acidentes com atletas ou público	Segurança / Técnico	Alto	Média	Contratada	Equipe de segurança e primeiros socorros; percurso testado; pontos de apoio adequados
4	Condições climáticas severas impossibilitando a prova	Externo / Climático	Médio	Variável	Contratada / Administração	Plano de contingência; possível alteração de percurso/data; comunicação

						prévia
5	Geração de resíduos e impactos ambientais nas trilhas	Ambiental	Médio	Baixa	Contratada	Coleta seletiva; campanhas educativas; fiscalização durante o evento
6	Tentativa de reajuste ou acréscimo de custos não previstos	Financeiro	Baixo	Baixa	Contratada	Valor pactuado; restrições legais de aditivos (arts. 124 e 125)
7	Dependência técnica do fornecedor exclusivo	Estratégico / Contratual	Médio	Inerente	Administração / Contratada	Justificativa de exclusividade; comprovação técnica; fiscalização rigorosa

3. Monitoramento e Acompanhamento

Responsáveis pelo monitoramento:

– Helerson Freitas da Silva – Assessor Técnico de Esportes – Matrícula 41025

– Weslei Carlos de Souza – Assessor de Gabinete III – Matrícula 41533

O monitoramento ocorrerá desde a montagem até a desmontagem do evento, com registros contínuos.

Ações corretivas incluirão exigência de correção imediata, registro de ocorrências e aplicação de penalidades quando cabível.

Mariana, 05 de dezembro de 2025

Samila Kellen Caetano Sobreira
Responsável pela elaboração do Mapa de Risco

Aprovo o presente Mapa de Risco, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 88

Secretaria Demandante: **Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos**

Objeto: O presente procedimento tem como objetivo a contratação da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** para a realização da **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB,** incluindo serviços de planejamento, logística, infraestrutura, equipe técnica, divulgação e premiação

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Descrição da necessidade: O evento é de grande relevância esportiva e turística, atraindo atletas e visitantes, movimentando a economia e promovendo Mariana como destino esportivo.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O evento é de realização exclusiva da empresa DGS, idealizadora e organizadora das edições anteriores, não havendo competição possível entre fornecedores (art. 74, I, Lei nº 14.133/2021).

Tradição consolidada: o evento já faz parte do calendário oficial do município.

3 - ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Embora ainda não haja regulamentação formal do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana, a contratação está devidamente prevista na **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e é contemplada nos instrumentos de planejamento da Secretaria.

4 - BENEFÍCIOS ESPERADOS:

Fomento ao esporte, turismo, economia local e fortalecimento da imagem institucional de Mariana.

5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Dos Normativos que disciplinam a Contratação

A contratação será instruída com base na **Lei Federal nº 14.133/2021**. O processo seguirá os procedimentos definidos pelos Decretos Municipais vigentes e demais normas aplicáveis.

6 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL/SERVIÇO	QUANT.	VALOR R$
1.	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** PARA A REALIZAÇÃO DA **IX Endurance da Cachoeira – MTB**, INCLUINDO TODA A INFRAESTRUTURA, EQUIPE TÉCNICA, SEGURANÇA, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO GERAL E CONFECÇÃO DE MEDALHAS ALUSIVAS AOS 280 ANOS DE MARIANA.	1	24.000,00

7 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Solução a contratar:

1. Execução direta pelo município – inviável pois tratar-se de atividade de caráter exclusivo da empresa organizadora.

2. Contratação de empresa especializada – melhor e única solução viável, pois o evento é de realização exclusiva da empresa **DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA**, que detém experiência na organização de edições anteriores e plenas condições de executar todos os serviços necessários.

Melhor solução: alternativa 2.

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor apresentado pela empresa para a realização do evento é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

O preço é compatível com práticas de mercado e justifica-se pela **EXCLUSIVIDADE DA EMPRESA** na organização do evento, conforme **contratos anteriores firmados pelo Município com objeto similar**, devidamente anexados ao processo.

9 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução consiste na execução integral do evento **IX Endurance da Cachoeira – MTB**, pela empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.**, responsável exclusiva pela concepção e realização das edições anteriores, caracterizando-se a prestação como **serviço singular e de execução centralizada**.

A contratada será responsável por **todas as etapas necessárias à entrega do objeto**, incluindo planejamento técnico da prova, definição e sinalização do percurso, logística operacional, montagem e desmontagem de estruturas, disponibilização de equipe técnica especializada, segurança do evento, divulgação institucional e fornecimento das medalhas alusivas.

A prestação ocorrerá de forma integrada, sem possibilidade de divisão ou alocação parcial a terceiros, dada a **unidade técnica e a natureza autoral do evento**, cuja organização é intrinsecamente vinculada à empresa idealizadora.

À Administração compete o **acompanhamento e fiscalização**, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a conformidade da execução com o plano apresentado.

A solução apresenta **coerência técnica, operacional e jurídica**, atendendo integralmente ao inciso VII do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, ao descrever a execução do objeto de forma completa, integrada e suficiente à compreensão da contratação.

10 - JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

Não se aplica, por se tratar de serviço prestado em caráter de exclusividade, conforme disposto no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ressalta-se que o evento ocorre apenas uma vez ao ano, o que inviabiliza o fracionamento do objeto.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- Fomento ao turismo e economia local.
- Incentivo à prática esportiva e hábitos saudáveis.
- Geração de empregos temporários e oportunidades para empreendedores locais.
- Fortalecimento da identidade cultural e esportiva.
- Integração social e inclusão de jovens estudantes.
- Promoção de Mariana em âmbito regional.

12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, pois a Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos possui equipe técnica qualificada para acompanhar, fiscalizar e gerir os serviços durante os eventos esportivos, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais.

13 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias.

14 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

(x) Sim.

Por se tratar de corrida em percurso já consolidado, os impactos ambientais SÃO MÍNIMOS. Deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Coleta seletiva e destinação correta de resíduos, inclusive nas trilhas;
- Campanhas educativas sobre preservação do espaço público;
- Utilização de materiais sustentáveis sempre que possível.

15 - CONCLUSÃO

a) Considerando a urgência da demanda, Diante dos estudos apresentados, a natureza exclusiva do evento e o valor compatível, conclui-se pela viabilidade e vantajosidade da contratação.

b) Diante da existência de dotação orçamentária, da compatibilidade com o planejamento da Secretaria, da viabilidade técnica e da vantagem econômica da adesão em relação à realização de nova licitação, conclui-se pela pertinência da contratação. A medida assegura o atendimento tempestivo das demandas esportivas, a continuidade dos serviços e a realização de eventos organizados, inclusivos e de qualidade, em consonância com as diretrizes da gestão pública.

16 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.561 - APOIO A OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER – **FICHA: 653** - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – **FONTE: 1.500.000.0000** – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS .

Mariana, 05 de dezembro de 2025

Samila Kellen Caetano Sobreira
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

TERMO DE REFERÊNCIA 88

Secretaria Demandante: **Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos.**

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

O presente procedimento tem como objetivo a **contratação da empresa DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA** para a realização do **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB**, compreendendo planejamento, infraestrutura, segurança, apoio técnico, logística, divulgação e premiação.

1.1 OBJETO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL/SERVIÇO
1.	1	SERVIÇO	**CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB,** INCLUINDO PLANEJAMENTO, LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA, EQUIPE TÉCNICA, SEGURANÇA, DIVULGAÇÃO, INSCRIÇÃO, APOIO GERAL E CONFECÇÃO DE MEDALHAS COMEMORATIVAS.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

a. Tipo de licitação: INEXIGIBILIDADE

b. Condição do bem: O evento **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB** é de caráter exclusivo da empresa **DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.**, responsável pela sua criação, organização e realização, conforme registros legais e edições anteriores.

O contrato será formalizado entre a Prefeitura de Mariana e a DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda., estabelecendo as obrigações e responsabilidades de ambas as partes para a plena execução do evento.

c. Serviço contínuo: Não necessariamente, o evento é realizado anualmente, demandando planejamento e execução recorrentes para garantir sua continuidade e aprimoramento.

2. JUSTIFICATIVA

O evento **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA – MTB** é tradicional no distrito de Cachoeira do Brumado e consolidado no calendário esportivo do município, com organização exclusiva da DGS - Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda, responsável por todas as edições anteriores.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

A execução compreenderá:

- Estrutura e logística para a corrida (montagem de largada/chegada, som, banheiros químicos, pontos de hidratação, sinalização de percurso e apoio técnico).
- Sistema de inscrição e gestão de participantes.
- Equipe técnica e operacional (apoio, segurança, brigadistas e staff).
- Divulgação do evento em mídias locais e regionais.
- Confecção e entrega de **medalhas alusivas aos 280 anos de Mariana**.
- Realização da prova principal de **12 km** e da prova complementar de **5 km em Passagem de Mariana**, com inscrições gratuitas para alunos da rede pública municipal.

Valor da Proposta: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Para a composição da estimativa de valor, foram considerados **contratos anteriores firmados pelo Município com objeto similar**, devidamente anexados ao processo, permitindo a análise comparativa de preços praticados em eventos esportivos equivalentes. Tais documentos reforçam a compatibilidade do valor proposto pela empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda., assegurando a vantajosidade, a razoabilidade e a conformidade com os parâmetros históricos de mercado adotados pela Administração.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em conformidade com o art. 18, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a solução adotada consiste na execução integral do evento IX Endurance da Cachoeira – MTB pela empresa DGS Consultoria e Promoção de Eventos Esportivos Ltda., responsável exclusiva pela idealização, organização e realização das edições anteriores.

A solução contempla todas as etapas necessárias ao ciclo de vida do objeto,

incluindo:

a) planejamento técnico e operacional do evento;

b) definição e sinalização do percurso;

c) montagem e desmontagem da infraestrutura;

d) logística de apoio ao atleta e ao público;

e) disponibilização de equipe técnica, operacional e de segurança;

f) gestão das inscrições e atendimento aos participantes;

g) divulgação institucional do evento;

h) execução da prova, entrega de medalhas e encerramento.

Toda a execução ocorrerá de forma integrada e coordenada, garantindo a continuidade entre as fases preparatória, operacional e final, assegurando a plena entrega do objeto.

5. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Cartão CNPJ;

- Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última

alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- Documento com foto do representante legal.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Regularidade perante a Fazenda Federal;
- Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede da proponente;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas).

5.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.3.1 A proponente deverá comprovar a sua capacidade técnica e experiência anterior na realização de eventos esportivos de médio ou grande porte, mediante apresentação dos seguintes documentos: por meio de atestados, contratos ou notas fiscais.

a) Comprovação de Experiência Anterior:

O Atestado de Capacidade Técnica, quando apresentado, deverá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e comprovar a realização de serviços similares ao objeto desta licitação.

O documento deverá conter:

- Nome legível do emitente;
- Papel timbrado da empresa emitente ou, na ausência deste, assinatura e carimbo contendo o número do CNPJ.

5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- **Certidão negativa de falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou **certidão de execução patrimonial**, no caso de pessoa física, ou ainda, por meio eletrônico, caso o Tribunal da localidade disponibilize esse serviço via sítio oficial.
- Será permitida a participação de empresas em **recuperação judicial**, desde que apresentem **certidão atualizada emitida pelo Juízo Falimentar** e/ou **Plano de Recuperação Judicial deferido**, em que conste expressamente que a empresa se encontra em condições econômico-financeiras de participar de licitações públicas.

5.5 DECLARAÇÕES:

A proponente deverá apresentar, devidamente assinadas por seu representante legal, as seguintes declarações:

- Declaração de que cumpre as exigências previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/91, relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.
- Declaração de que não possui, em seu quadro funcional ou composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, nem possui parente em linha reta, colateral (até o 3º grau), cônjuge ou companheiro(a) de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que atue na área responsável pela presente contratação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 18, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) comprovação da exclusividade da execução do evento pela empresa DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, nos termos do art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021;

b) atendimento integral às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência para realização do evento, incluindo infraestrutura, equipe técnica, logística, segurança e apoio;

c) apresentação de plano operacional contendo cronograma de montagem, execução e desmontagem;

d) manutenção de equipe qualificada durante todas as etapas do evento;

e) observância às normas de segurança, acessibilidade, proteção ambiental e boas práticas da modalidade esportiva;

f) responsabilidade integral da contratada por danos, acidentes, falhas operacionais ou irregularidades decorrentes da execução.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Conforme o art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, o modelo de execução do objeto consiste na realização centralizada e integral do evento, desde o início do planejamento até o encerramento das atividades, observando os seguintes parâmetros:

a) **Fase de Preparação:** elaboração do plano de ação, definição do percurso, contratação de insumos, planejamento de logística, alinhamento com a fiscalização e preparação da infraestrutura.

b) **Fase de Execução:** montagem das estruturas, sinalização do percurso, operação das inscrições, disponibilização de equipe técnica, operacional e de segurança, condução da prova e apoio aos participantes.

c) **Fase Final:** desmontagem da infraestrutura, entrega dos materiais finais, relatório de execução, avaliação técnica do evento e encerramento contratual.

A execução deverá garantir a produção dos resultados esperados pelo Município, com plena observância dos requisitos técnicos definidos, do cronograma estabelecido e dos princípios da eficiência, planejamento e continuidade do serviço público.

8. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

a. O evento será realizado no dia 07 de dezembro de 2025 no distrito de Cachoeira do Brumado – Mariana/MG.

b. A execução deverá ocorrer na data definida no calendário esportivo da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos.

c. Todos os serviços contratados deverão estar integralmente concluídos até o dia da realização da prova, com prazos de montagem e desmontagem conforme cronograma definido pela Secretaria.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a. Realizar integralmente a organização do evento, incluindo inscrições, estrutura, logística, segurança e apoio.
b. Disponibilizar equipe técnica, operacional e de apoio, devidamente uniformizada e identificada.
c. Garantir a confecção e entrega das medalhas comemorativas.
d. Custear integralmente transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas de sua equipe.
e. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou acidentes decorrentes da execução do contrato.
f. Cumprir integralmente o cronograma e as exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

10. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

a. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
b. Efetuar os pagamentos devidos conforme cronograma e condições estabelecidas.
c. Disponibilizar apoio institucional necessário à realização do evento (autorizações, suporte logístico básico e divulgação institucional).

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE, acompanhada das Certidões Negativas de Débito (INSS e FGTS), conforme exigido pela Contabilidade Municipal.

b. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente:
   - Nome do banco;
   - Número e nome da agência;
   - Número da conta corrente da empresa contratada.

c. Caso a Nota Fiscal ou Fatura apresente erros, inconsistências ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até a devida correção pela empresa contratada, não cabendo qualquer tipo de reajuste ou atualização monetária sobre o valor pactuado durante esse período.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação orçamentária: 2.561 - APOIO A OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER – **FICHA: 653** - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – **FONTE: 1.500.000.0000** – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

13. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será exercida por servidores designados da Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos, que acompanharão e registrarão todas as etapas da execução.

- Helerson Freitas da Silva – Assessor Técnico de Esportes – Matrícula 41025;
- Weslei Carlos de Souza – Assessor de Gabinete III – Matrícula 41533.

a) Os fiscais designados deverão registrar, em documento próprio, todas as ocorrências, falhas ou deficiências identificadas na execução do contrato, indicando data (dia, mês e ano), descrição da ocorrência e identificação dos envolvidos, quando aplicável.

b) Caberá aos fiscais determinar as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para a adoção das medidas cabíveis.

c) A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de falhas técnicas, vícios ocultos ou defeitos nos produtos ou serviços prestados.

d) A presença ou anuência da fiscalização não implica em corresponsabilidade do Município de Mariana ou de seus prepostos quanto a eventuais falhas na execução contratual.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência até a completa execução dos serviços, incluindo montagem, realização do evento e desmontagem da estrutura.

15. GARANTIA CONTRATUAL:

Não será exigida garantia contratual para a execução, em razão da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.

16. SANÇÕES

Aplicam-se à contratada as penalidades previstas nos arts. 155 a 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o contraditório e ampla defesa.

17. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação de empresa para realização do evento denominado **IX Endurance da Cachoeira – MTB**, para constar como anexo.

Mariana, 05 de dezembro de 2025

Samila Kellen Caetano Sobreira
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Bruno Ricardo de Freitas
Secretaria Municipal de Esportes, Comunicação e Eventos

Danilo Brito dos Santos
Controlador Geral

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 169/2025

PROCESSO: 192/2025

OBJETOCONTRATAÇÃO DA EMPRESA DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA PARA A REALIZAÇÃO DA IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria de Esportes, Comunicação e Eventos no que tange a necessidade de contratação dos serviços em tela;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de realização do evento " **IX ENDURANCE DA CACHOEIRA MTB,** o qual vem sendo realizado no Município há alguns anos, e se tornado evento esportivo tradicional.

CONSIDERANDO que, conforme afirma a Secretaria solicitante, que a há a necessidade de realização, uma vez que será 9ª edição via empresa DGS CONSULTORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, que é idealizadora e organizadora do evento como um todo.

CONSIDERANDO que, conforme documento apresentado, a empresa DGS detém exclusividade para realização do evento.

CONSIDERANDO que a unidade requisitante justifica nos autos tratar-se de serviço exclusivo, sendo que tal análise foge da competência da Coordenadoria Geral de Compras por se tratar de objeto técnico;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo **74, inciso I**, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 05 de dezembro de 2025

Bruno Ricardo de Freitas
Secretário de Municipal de Esportes,
Comunicação e Eventos